# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

**LISNAVE** | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Capital Social: 5 000 000 Euros
Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal
Conservatória do Registo Comercial de Setúbal
Matrícula N.º 503 847 151
Pessoa Colectiva N.º 503 847 151

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

**LISNAVE** | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Relatório de Gestão e Contas 2015

**Design de Comunicação e Produção**
**DD**LX [www.ddlx.pt]
Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**
Design e Paginação **Eva Monteiro** | **João Silva** | **Lília Correia**

**Impressão e Acabamento**
Ligação visual

**Março 2016**

# ÍNDICE


Membros dos Órgãos Sociais 7

Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas 9

Relatório do Conselho de Administração 13

► 1 Introdução 13

► 2 Considerações Gerais sobre o Mercado 17

► 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval 22

► 4 Investimentos/Outros 24

► 5 Recursos Humanos 26

► 6 Situação Económica e Financeira 30

► 7 Perspectivas de Actividade para 2016 39

► 8 Proposta de Aplicação de Resultados 41

► 9 Referências Finais 41

Balanço 46

Demonstração de Capital Próprio 48

Demonstração de Resultados 49

Demonstração dos Fluxos de Caixa 50

Anexo 51

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 93

Certificação Legal das Contas 95

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2016 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2015 97

Delegações e Representações 99

## MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÉNIO 2013-2016

**Mesa da Assembleia Geral**

**Presidente:**
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
**Vice-Presidente:**
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro
**Secretário:**
Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

**Conselho de Administração**

**Presidente:**
Eng. José António Leite Mendes Rodrigues
**Vogais:**
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

**Comissão Executiva**

**Presidente:**
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
**Vogais:**
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos

**Conselho Fiscal**

**Presidente:**
Sr. Francisco José da Silva
**Vogais:**
Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia
"Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC"
– representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva
**Suplente:**
Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos – ROC

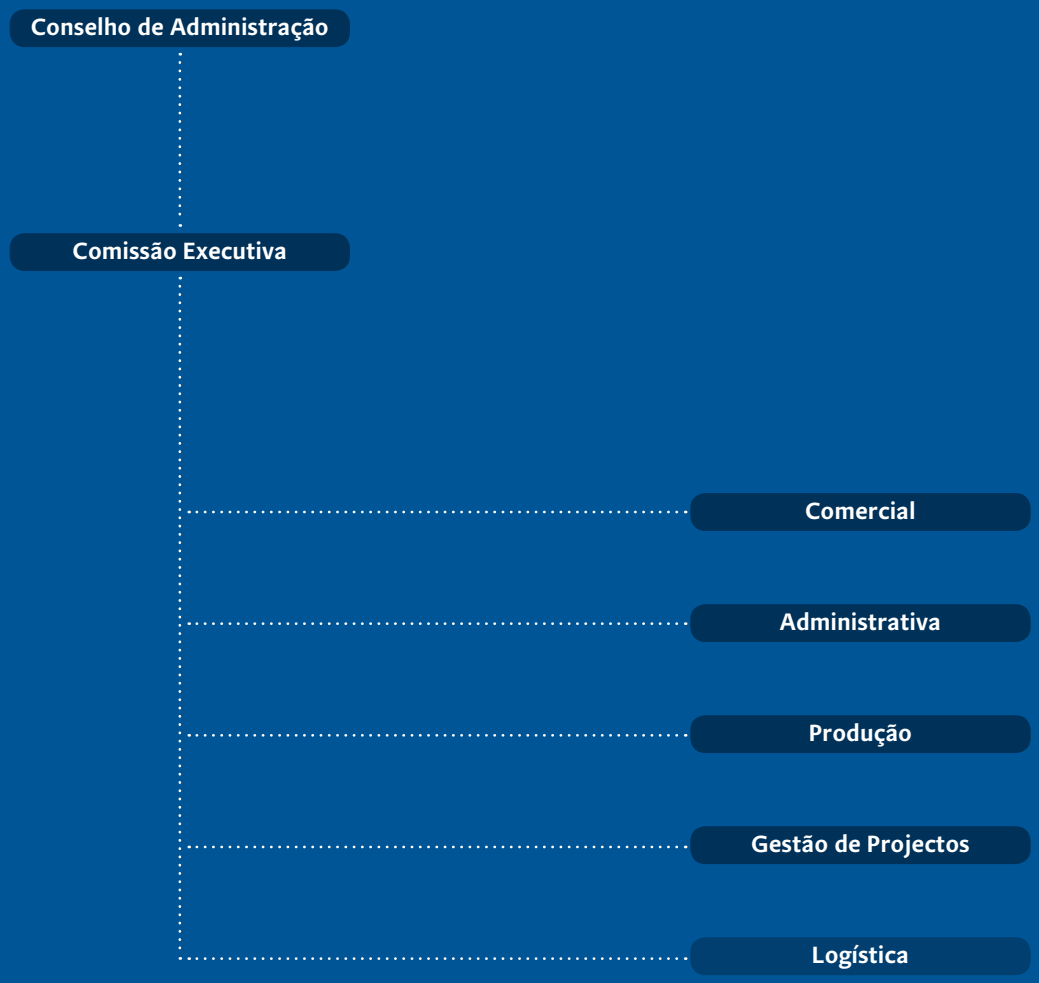
**Secretário da Sociedade**

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

**Comissão de Vencimentos**

**Presidente:**
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
**Secretário:**
Dr. Walter Klausmann

# ESTRUTURA DA EMPRESA



# ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

## Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., para reunir, no dia 29 de Março de 2016, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º – Deliberar sobre o Relatório De Gestão e Contas do Exercício de 2015;
2º – Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal;
3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sitio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.

Setúbal, 16 de Fevereiro de 2016
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

LISNAVE

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 1 | Introdução

A Lisnave, Estaleiros Navais, S.A. registou no Exercício, relativo ao ano de 2015, um bom desempenho global.

Facto que merece ser evidenciado, se se tiver em conta que, apesar da evolução positiva constatada no presente Exercício, a actividade continua a estar bastante condicionada pelos efeitos induzidos pela crise da economia internacional, que se têm vindo a sentir neste sector, desde o ano de 2009.

Como o Conselho de Administração tem vindo a afirmar, em anos anteriores, o nível de desempenho atingido, patente nos indicadores que se apresentam adiante, demonstra, mais uma vez, que a LISNAVE se encontra estruturalmente mais preparada para enfrentar os desafios crescentes do mercado muito concorrencial em que opera e confirma o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas a nível accionista.

Dada a expressão dos indicadores globais de actividade, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, o Conselho de Administração, antes da análise ao Exercício e como vem sendo hábito, pretende evidenciar que a Lisnave, desde o início do Plano de Reestruturação - segundo semestre de 1997 - procedeu à reparação/manutenção de 2.246 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, o que se traduziu em Vendas de 1,98 mil milhões de Euros, relevando, de entre estes, uns importantes 1,86 mil milhões, para exportação, com um Valor Acrescentado Nacional superior a 90%.

De salientar, pela relevância dos indicadores, que este volume de actividade permitiu assegurar, no período, o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.128 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e outros Impostos, de cerca de 196 milhões de Euros.

### O Exercício de 2015

Apesar de se ter verificado uma melhoria sensível ao nível da procura, a actividade manteve-se condicionada pelos efeitos da lenta recuperação do comércio mundial, designadamente, pelo desequilíbrio, que continua a verificar-se entre a oferta e a procura no mercado de transporte marítimo.

O valor das taxas de frete médias que, em consequência, por um lado, da menor necessidade de transporte marítimo resultante do fraco crescimento do comércio mundial, e, por outro, do crescimento da oferta resultante da grande quantidade de navios novos que têm vindo a entrar em operação, se manteve durante os últimos anos, em níveis muito baixos, embora evidenciando em 2014 tendência de ligeira recuperação, verificou, no ano de 2015, evoluções diferenciadas.

Efectivamente, de acordo com os dados da "Clarkson Research" e como se pode verificar nos quadros do capítulo 2, os valores médios diários da taxa de frete de um Petroleiro "Suezmax Moderno", fixaram-se em cerca de 35,9 mil Dólares, valor que representa uma subida considerável, de cerca de 60%, relativamente ao ano anterior e que se aproxima das taxas praticadas no ano de 2008.

Evolução contrária, contudo, registou a taxa dum Graneleiro "Capesize", com os respectivos valores médios anuais a situarem-se nos 11,2 mil Dólares diários, isto é, cerca de 50% dos valores de 2014 e, apenas, cerca de 10% dos valores médios praticados no ano de 2008.

A procura, medida em número de consultas, que atingiu o melhor nível desde o exercício de 2011, com 549 consultas recebidas, embora muito aquém das 617 registadas naquele ano e, por outro lado, o índice de sucesso comercial de obtenção de encomendas, que subiu três pontos percentuais relativamente ao ano anterior, fixando-se em 21%, fizeram deste Exercício, um dos melhores anos da história de Empresa.

Para este nível de desempenho, para além da intensa actividade comercial desenvolvida, dos efeitos resultantes da fidelização de clientes, cujo índice continua a evidenciar tendência de crescimento, desde 2013, e do nível de satisfação dos seus clientes, que lhe permitiram assegurar um volume significativo de "Repeated Business", a Lisnave conseguiu um assinalável sucesso na negociação de importantes oportunidades de trabalho de dimensão relevante, no decurso deste Exercício

Em consequência, foram objecto de Reparação/Manutenção 107 navios, mais 15 do que no ano anterior. A "factura média" por navio fixou-se nuns relevantes 1.057mil Euros.

Assim, a Lisnave concluiu o Exercício de 2015 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 113,2 milhões de Euros, montante significativamente superior ao verificado no ano anterior.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 116,18 milhões de Euros, isto é, cerca de 27 milhões de Euros mais do que no ano de 2014, tendo o total dos Gastos de Exploração verificado um crescimento de cerca de 17 milhões.

Os Resultados Líquidos do Exercício tiveram uma melhoria significativa, fixando-se em 13,6 milhões de Euros positivos. A Situação Líquida manteve a tendência de evolução positiva, subindo para os 42,28 milhões de Euros, valor 8,45 vezes superior ao Capital Social da Empresa.

Sob o ponto de vista de "Exportação", uma das "marcas" da sua relevância, a Lisnave manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 101,3 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação naval, tendo por outro lado procedido, apenas, à reparação de um navio de pavilhão nacional.

Do ponto de vista do "Emprego", a Lisnave manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, assegurando "emprego equivalente" a cerca de 61,9 milhões de Euros, aos quais correspondem, em média, quase duas mil e quinhentas pessoas por dia.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e outros Impostos, 7 milhões de Euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 1,66 milhões de Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a 32,87 milhões de Euros.

De notar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela Lisnave, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que atingiram cerca de 1,18 milhões de Euros no Exercício e que totalizam, desde o ano de 2009, ano a partir do qual estes custos deixaram de ser capitalizados, de acordo com as normas do SNC, 11,48 milhões de Euros.

Ainda no capítulo de Investimentos, embora, neste caso, sob responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infra-estruturas Navais, são de referir, pela importância que têm na manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, os Investimentos relacionados com a Reabili-

tação da Ponte Cais 3, a substituição integral das Torres de Iluminação e a quase totalidade da Iluminação Exterior do Estaleiro, nos quais, entre outros, foram investidos mais de 3 milhões de Euros. De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque, a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 18,77 milhões de Euros.

No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, particularmente nos tempos austeros que se vivem, é de referir, que na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 1,2 milhões de Euros.

De relevar, ainda, neste capítulo, a celebração de um Acordo Interno com os Representantes dos Trabalhadores que, entre outras matérias, considerou a atribuição de um aumento salarial de 1,98% à generalidade dos Trabalhadores da Empresa.

De destacar, ainda, embora a execução prática só venha a ter efeitos a partir de Fevereiro de 2016, a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de novas acções de Formação de jovens, que deverão abranger mais de 40 formandos.

Recorde-se, a propósito, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a Lisnave, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a estreita colaboração da Lisnaveyards.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da Lisnave, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 209 Trabalhadores, onde se incluem 156 Directos.

No que respeita a Responsabilidade Social, a Lisnave continuou com a sua Política de apoios, através da concessão de donativos a diversas entidades e organizações da área social.

A Lisnave manteve a Certificação ISO 9001:2008, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS. De assinalar, entretanto, que em Outubro passado, a Lisnave superou, com sucesso, a segunda auditoria de acompanhamento da Certificação Ambiental ISO 14001:2004.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2015, a seguinte:

| | |
|---|---|
| Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A. | 72,83% |
| Thyssenkrupp Industrial Solutions AG | 20,00% |
| Parpública, S.A. | 2,97% |
| Outros Accionistas | 4,20% |

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas de 2015, proceder, pelo décimo primeiro ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

**Perspectivas para o Exercício de 2016**

Apesar de o Banco Mundial, como se pode constatar no capítulo 7 deste Relatório, esperar um ligeiro aumento da taxa de crescimento da economia mundial e bem assim, uma também ligeira subida da taxa de crescimento das trocas comerciais, não se apresentam muito favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento próximo da actividade, dados os riscos associados, quer ao desequilíbrio entre a oferta e a procura de transporte marítimo, quer, entre vários outros, à tendência de redução do consumo de combustíveis fósseis e da necessidade de importações, particularmente, nos países exportadores de petróleo, em consequência das suas carências monetárias.

Neste contexto, espera-se que os Armadores, mormente os dedicados ao transporte de graneis sólidos, se vejam obrigados a manter uma postura de contenção no que respeita aos orçamentos para manutenção dos seus navios.

O Conselho de Administração, contudo, apesar das perspectivas desfavoráveis referidas, suportado nos níveis de desempenho que a Empresa tem vindo a conseguir e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar, manifesta aos Senhores Accionistas, a sua expectativa, de que os efeitos das ameaças enunciadas e mais objectivamente referidas no capítulo 7, possam ser atenuados e desta forma, a Lisnave consiga manter, em 2016, um nível de actividade relativamente próximo do conseguido no Exercício presente.

## 2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

### Conjuntura

O crescimento da economia mundial em 2015 ficou mais uma vez aquém das expectativas. A Organização das Nações Unidas, no seu relatório - "World Economic Prospects" – estima que a economia mundial tenha crescido 2,4% durante o ano de 2015, uma redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao crescimento do ano de 2014 e igual ao valor do ano de 2013.

Esta redução na taxa de crescimento da economia mundial reflecte a desaceleração do crescimento das economias dos países em desenvolvimento, a redução dos preços das matérias-primas, a redução dos fluxos de capital e uma moderada taxa de crescimento do comércio mundial.

Na zona Euro, o crescimento da procura interna e das exportações acelerou, em parte devido à depreciação do euro, estimando-se que a economia nesta zona económica tenha crescido 1,5% durante o ano de 2015, depois de ter crescido 0,9% no ano de 2014. A baixa do preço do petróleo bruto e as condições favoráveis do financiamento da economia, têm favorecido o aumento do consumo e do investimento.

Nos Estados Unidos da América, um sólido mercado de trabalho com uma reduzida taxa de desemprego, aliado ao dinâmico investimento fora do sector do petróleo suportaram a recuperação do consumo, tendo a economia crescido 2,5% - o maior crescimento alcançado por esta economia depois da crise de 2008 e ligeiramente superior ao do ano de 2014, ano em que o crescimento foi de 2,4%.

No Japão, durante o ano de 2015, as exportações cresceram moderadamente, o consumo privado contraiu, o investimento estagnou, estimando-se que a economia tenha crescido 0,8% depois de no ano de 2014 ter contraído 0,1%.

A economia Chinesa continua a sua mudança estrutural, tendo desde 2012 o sector de serviços acelerado o seu crescimento em detrimento do sector industrial. No ano de 2015, estima-se que a economia chinesa tenha crescido 6,9% depois de ter crescido 7,3% no ano de 2014.

Estima-se que a India tenha crescido 7,3%, um valor igual ao do ano de 2014.

As economias da América Latina e Caraíbas no seu conjunto, contraíram 0,7% durante o ano de 2015, tendo a economia Brasileira contraído 3,7%.

No seu conjunto, no ano de 2015, a economia dos países em desenvolvimento cresceu 4,3%, o menor crescimento alcançado depois de 2009 e bem abaixo da média verificada no período anterior à crise.

No ano de 2015, a taxa de crescimento do comércio mundial foi de 3,6% - valor igual ao do ano de 2014 – dado que o aumento das importações de mercadorias pelos Estados Unidos da América e pela zona euro não foi suficiente para compensar a redução das importações de mercadorias dos países com economias emergentes ou em vias de desenvolvimento.

## Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a "Clarkson Research" a frota de granéis líquidos acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB), cresceu durante o ano de 2015 cerca de 2,8% em número de navios, depois de no ano de 2014 ter crescido cerca de 1,7%. No fim do ano de 2015, esta frota tinha atingido os 524,6 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 3,3% em relação ao final do ano de 2014, ano em que tinha crescido 1,3%.

Em termos de novas construções, foram entregues 250 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 19,2 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 3,7% da actual capacidade desta frota.

No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 46 navios, com uma capacidade de 2,2 milhões de TPB correspondentes a 0,4% da capacidade da frota actual.

A frota de granéis sólidos, no ano de 2015, teve um crescimento de 3,4% em número de navios e de 2,4% em TPB, atingindo no final do ano os 776,1 milhões de TPB, tendo sido entregues 656 navios com uma capacidade de cerca de 49,2 milhões de TPB o que corresponde a cerca de 6,3% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate, 427 navios com uma capacidade de 30,4 milhões de TPB correspondentes a cerca de 3,9% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, no mercado Indiano durante o ano de 2015, decresceu em média de cerca de 34,0% em relação ao ano de 2014, atingindo os 290 Dólares dos EUA por tonelada para os petroleiros e os 282 Dólares por tonelada para os graneleiros.

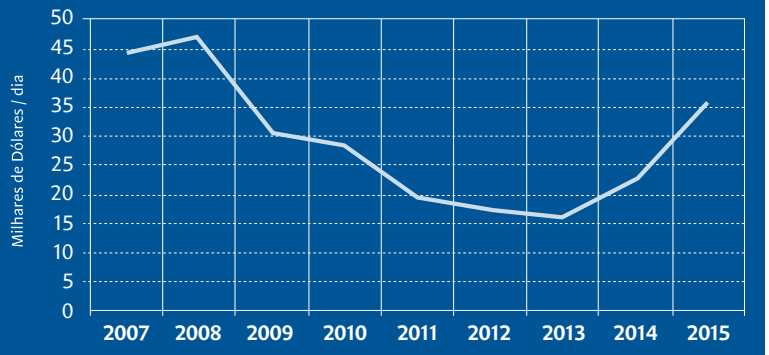
No fim do ano de 2015, a carteira de encomendas de navios novos destinados ao transporte de granéis líquidos, era de 945 navios com uma capacidade de transporte de 100,6 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 19,2% da tonelagem da frota actual. Destes 100,6 milhões, 46,2 milhões – correspondentes a 8,8% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2016.

Na frota de transporte de granéis sólidos, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 1.571 navios, com uma capacidade de transporte de 126,6 milhões de TPB o que corresponde a 16,3% da frota actual, tendo 92,7 milhões, ou seja, 11,9% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2016.

Estima-se que a procura de transporte marítimo mundial tenha crescido cerca de 2,0%, com o transporte de granéis líquidos a crescer cerca de 4,8% e o transporte de granéis sólidos a decrescer cerca de 0,3%. Assim, enquanto no mercado de transporte de granéis líquidos, o crescimento da procura de transporte foi 1,5% superior ao crescimento da oferta, no mercado de transporte de granéis sólidos, o crescimento da oferta de transporte foi cerca de 2,7% superior ao crescimento da procura.

Como resultado, as taxas de frete da frota de granéis líquidos que no ano de 2014 tinham recuperado a tendência de crescimento, essa tendência acentuou-se, atingindo no caso dos Suezmax Modernos, a taxa de frete média, no afretamento a prazo de um ano, cerca de 35.900 Dólares dos EUA por dia, um aumento de cerca de 60% em relação ao valor médio de 2014.

**Taxa de Frete de Petroleiros Suezmax Moderno**




Médias anuais
Fonte: Clarkson

No caso da frota de granéis sólidos, a tendência de crescimento recuperada no ano de 2013 inverteu-se, devido ao excesso de oferta e à continuada redução das importações Chinesas de carvão e minério de ferro, verificando-se no caso dos Capesize com afretamento a um ano valores médios de cerca de 11.200 Dólares dos EUA por dia, um decréscimo de cerca de 50% em relação aos valores médios do ano de 2014.

**Taxa de Frete de Graneleiros**
**Capesize – 12 meses**

Médias anuais
Fonte: Clarkson

## 3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

### Procura

Consequência do facto do crescimento da procura de transporte de granéis líquidos ter sido superior ao crescimento da oferta, apesar dos preços de novas construções desta frota terem decrescido cerca de 3,5%, o valor dos navios em segunda mão, com cinco anos de idade, subiu cerca de 6% em relação ao ano de 2014, atingindo no caso do Suezmax perto de 95% do valor do navio novo.

Esta valorização de activos da frota de granéis líquidos, associada à subida das taxas de frete, permitiu aos Armadores uma melhoria da manutenção dos seus navios de modo a poderem cumprir os níveis de qualidade exigidos tanto pelos fretadores como pelas Sociedades Classificadoras.

No caso da frota de granéis sólidos, o grande crescimento da venda de navios para a sucata – 86,5% em termos de TPB em relação a 2014 – associado à diminuição das encomendas de novas construções, apesar da grande redução do valor dos navios com cinco anos de idade no mercado de segunda mão, foram criadas expectativas de inversão da tendência de redução das taxas de frete no ano de 2016, o que fez com que os Armadores resolvessem reparar os seus navios, a fim de poderem aproveitar dessa possível retoma deste mercado.

Consequência do exposto, a procura de reparação naval para a Lisnave, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, cresceu cerca de 8% em relação ao ano de 2014. As negociações destas consultas geraram 115 encomendas, mais cerca de 28% do que no ano de 2014, tendo a percentagem de sucesso subido de 18% para 21%.

| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Consultas | 549 | 507 | 524 | 483 | 617 |
| Encomendas | 115 | 90 | 113 | 96 | 109 |
| Taxa de Sucesso Comercial | 21 | 18 | 22 | 20 | 18 |

## Actividade Desenvolvida

Durante o ano de 2015, terminaram a reparação/manutenção 107 navios, 105 dos quais em doca, tendo o segmento de reparação de rotina, tanto em termos de volume de trabalho médio, como em termos globais, atingido um aumento significativo de actividade.

No segmento de grandes reparações, a Lisnave reparou uma barcaça de apoio à actividade de "offshore", onde foi efectuada uma grande reparação de aço e, no âmbito da sua preparação para a execução de um contrato especial, a instalação de cerca de 650 toneladas de aço.

Neste segmento e no seguimento do que já tinha acontecido no ano de 2014, foram ainda objecto de reparação/manutenção, dois navios tanque de um Armador Venezuelano, onde foi feita a revisão geral de todos os sistemas e substituídas cerca de 140 toneladas de aço.

| Anos | Nacional | Estrangeiro | Total | Em Doca |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 1 | 106 | 107 | 105 |
| 2014 | 1 | 91 | 92 | 91 |
| 2013 | 1 | 106 | 107 | 103 |
| 2012 | 0 | 101 | 101 | 94 |
| 2011 | 0 | 101 | 101 | 92 |

Como nos anos anteriores, a actividade da Lisnave centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 70% da actividade, sendo de realçar, contudo, a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta-contentores com 13% dos navios reparados e o de transportadores de gás com 6% dos navios reparados.

Dada a globalização do mercado da Lisnave, os navios reparados durante o ano de 2015, foram originários de 56 Clientes localizados em 19 países, sendo os de maior significado, em termos de quantidade, a Grécia com 33 navios, Singapura com 20 navios e a Alemanha com 11 navios.

## 4 | Investimentos/Outros

A Lisnave, dando continuidade à sua politica de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, tendo realizado, no Exercício, cerca de 1,66 milhões de Euros, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 32,87 milhões de Euros, dos quais 22,76 milhões em novos investimentos e cerca de 10,11 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a Lisnave suportou ainda custos de cerca de 1,18 milhões de Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos. De notar que, desde o ano de 2009, ano em que de acordo com as alterações de normas contabilísticas, estes custos deixaram de ser capitalizados, o seu montante global já ascende a cerca de 11,48 milhões de Euros.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e parques, em particular a substituição da iluminação interior nas oficinas e edifícios administrativos por equipamento mais eficiente, a aquisição de diverso equipamento informático, de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, em particular a substituição de compressores nas centrais móveis de ar comprimido e a substituição dos vários motores eléctricos por motores de alta eficiência, a progressiva renovação da rede eléctrica e a construção de novos picadeiros.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar as reparações levadas a cabo no armazém de granalha nova e no parque de resíduos sólidos, a substituição de motores eléctricos diversos e actualização do controlo para variadores de frequência, a reconversão dum torno vertical CNC, a substituição de aço em 2 batelões de apoio à actividade, a reparação geral dum Guindaste e a implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a reabilitação eléctrica do Estaleiro, o projecto de reabilitação estrutural da ponte cais 3, a produção térmica de Agua Quente Sanitária com apoio de energias renováveis, a substituição das torres de iluminação incluindo iluminação LED exterior e a instalação dum compressor de

produção variável na central fixa de ar comprimido, tendo sido investidos cerca de 3 milhões de Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infraestruturas Navais, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando 18,77 milhões de Euros.

## Protecção Ambiental

A Lisnave continua a prosseguir, de forma sistemática, a melhoria das suas práticas ambientais.

Neste contexto, em Outubro de 2015 decorreu, com sucesso, a segunda auditoria de acompanhamento da Certificação ISSO 14001, realizada pela LRQA - Lloyd's Register Quality Assurance.

Em termos de Protecção Ambiental, importa ainda evidenciar as medidas suplementares adoptadas pela Empresa no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), permitindo reduções no consumo de energia e emissões equivalentes a cerca de 2.000 toneladas de $CO_2$, em função do Consumo Específico Energético (CEE) da instalação.

## Tecnologias de Informação

A Lisnave, no âmbito da actualização e melhoria contínua do seu Sistema de Tecnologias de Informação, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, com a realização de algumas acções de melhoria, nomeadamente na área aplicacional SAP, assumindo particular relevância o início da implementação do módulo de Avaliação de Desempenho com a integração à Gestão de Competências, cobertos pelo SAP-PD (Personnel Development), usando uma solução em SAP Portals.
Por outro lado, importa salientar, ao nível da infraestrutura tecnológica, o reforço da sua segurança, com a criação de um Centro de Processamento de Dados alternativo, no âmbito do "Disaster Plan Recovery", para responder aos requisitos identificados no BAI (Business Analysis Impact) e RA (Risk Assessment) às áreas operacionais e de suporte da Lisnave, de modo a garantir a continuidade do negócio da Empresa.

## Qualidade | Outras Certificações

A Lisnave continua a assumir a Qualidade como factor de sucesso, melhorando continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade, bem como as competências da Empresa.

Este Sistema, actualmente auto-sustentável, continua a manter a confiança dos Clientes e Parceiros da Empresa, garantindo a fiabilidade e eficácia dos seus processos.

Durante o presente Exercício, a Lisnave superou, com sucesso , as duas auditorias de acompanhamento da ISO 9001:2008 realizadas pela LRQA – Lloyd's Register Quality Assurance, mantendo, igualmente, o certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Finalmente, a Lisnave deu continuidade ao desenvolvimento dos processos que irão conduzir à implementação dos novos requisitos para assegurar a transição da Certificação no âmbito da norma ISO 9001:2015, cuja revisão ocorreu em Setembro de 2015.

## Investigação e Desenvolvimento

No decorrer do Exercício de 2015 foi desenvolvido, em parceria com uma Empresa nacional especializada, um estudo de avaliação da capacidade de carga na laje da Doca 21, com vista à optimização dos planos de docagem de navios.

## 5 | Recursos Humanos

A Lisnave, como tem vindo a ser reafirmado, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futura, decidiu, oportunamente, proceder ao rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho.

Rejuvenescimento, porque estavam já ultrapassados, dadas as exigências físicas da actividade, os limites aceitáveis da idade média dos seus Trabalhadores, flexibilização do Contrato de Trabalho, como forma de sobrevivência, dadas as melhores condições contratuais de que dispõem os seus concorrentes mais directos.

Nesse sentido, depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, deliberou redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos.

Por um lado, decidiu desenvolver um extenso Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao inevitável processo de rejuvenescimento do seu efectivo.

Por outro lado, decidiu iniciar, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "Lisnaveyards – Naval Services, LDA.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009.

No âmbito da referida política de rejuvenescimento iniciada em 2006, a Lisnave promoveu a realização de vários Programas de Formação de Jovens, envolvendo mais de três centenas de formandos.

A realização destes Programas de Formação, cujos objectivos se consubstanciavam em "seleccionar jovens com perfil adequado, dar-lhes formação e competências básicas nas áreas com maior necessidade de recursos humanos na empresa", tem vindo, em função do nível de aproveitamento final, a permitir, à Lisnaveyards, dotar-se, progressivamente, dos recursos humanos necessários.

Desta forma, no final de 2015 a Lisnaveyards contava com um efectivo de 209 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 156 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido no decurso do Exercício, à contratação de 3 Operários e 6 jovens Engenheiros.

### Encargos com Remunerações

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 70% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente da Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente a uma Gratificação total de 1,2 milhões de Euros.

Relevante, ainda, a referência ao Acordo Interno celebrado com os Representantes dos Trabalhadores, no âmbito do qual se acordaram algumas medidas de caracter remuneratório, designadamente um aumento salarial de

1,98% e a alteração para o dobro, dos acréscimos de trabalho suplementar mínimos legais, estabelecidos pelo Código do Trabalho.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 14,05 milhões de Euros, tal como discriminado no quadro seguinte.

**Encargos com pessoal**

| Rubricas | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Remunerações | 9.347.584 | 8.756.007 |
| Trabalho Suplementar | 438.051 | 274.873 |
| Prémios Subsídios e Outras Remunerações | 764.984 | 791.394 |
| **Subtotal** | **10.550.619** | **9.822.274** |
| Encargos Sociais | 3.498.512 | 2.982.020 |
| **Total** | **14.049.131** | **12.804.294** |

(Valores em Euros)

O aumento na rubrica "Remunerações" resulta, fundamentalmente, dos encargos relativos ao Acordo Interno antes referido e ao acréscimo de encargos com a Gratificação de Balanço decorrente da proposta do Conselho de Administração referida no capítulo 8 do presente Relatório.

O acréscimo dos "Encargos Sociais" ficou a dever-se, essencialmente, a questões relacionadas com a rubrica "Seguros".

## Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2015, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, envolvendo mais de 460 participantes, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão. Contrariamente aos últimos anos, a percentagem de execução do Plano de Formação ficou abaixo do objectivo, devido ao elevado nível de actividade registado em todos os Sectores do Estaleiro.

**Formação Externa | 2015**

| Áreas de Formação | Total Horas | Total Participantes |
|---|---|---|
| Desenvolvimento Pessoal | 2.577 | 66 |
| Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade | 108 | 13 |
| Hardware e Software | 1.013 | 28 |
| Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção | 2.577 | 198 |
| Qualificação/Reciclagem Técnicas de Produção | 5.135 | 156 |
| **Total** | **11.065** | **461** |

## Saúde, Higiene e Segurança

A Lisnave manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 619 Exames, dos quais 251 foram da Lisnave-yards, subdivididos por 7 Admissões, 359 Periódicos e 253 Ocasionais.

No âmbito da Segurança o ano de 2015 caracterizou-se por um aumento dos índices de sinistralidade comparativamente aos registados no ano 2014. O Índice de Frequência apresentou uma subida situando-se nos 34,42 e o Índice de Gravidade registou um valor de 1,14.

Durante o ano 2015, receberam informação, formação e treino de acolhimento e reciclagem em Segurança, 2102 Trabalhadores. Numa vertente mais focalizada, o Sector de Prevenção e Segurança, promoveu ainda a formação de mais 186 pessoas, nomeadamente gestores de empresas colaboradoras, chefias directas, estagiários, visitas e elementos de tripulações ou empresas prestadoras de serviços, numa base de divulgação e sensibilização para as questões relacionadas com a Segurança. No âmbito da colaboração com entidades externas merecem especial destaque as Acções dirigidas a alunos do curso de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico e da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

Para além da Formação referida, o Sector de Prevenção e Segurança participou ainda em acções de sensibilização em "Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas", promovidas pelos Sectores Produtivos da Empresa, que envolveram 48 pessoas entre Trabalhadores da Lisnave e de Empresas Externas.

De destacar, ainda, a distribuição de informações e regras básicas de Segurança, às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e outras visitas, totalizando as 1975 divulgações.

No âmbito desta mesma política, mas na área da saúde, e na sequência da correspondente opinião médica, de referir que a Empresa deliberou promover a habitual campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal, à qual aderiram 44 Trabalhadores.

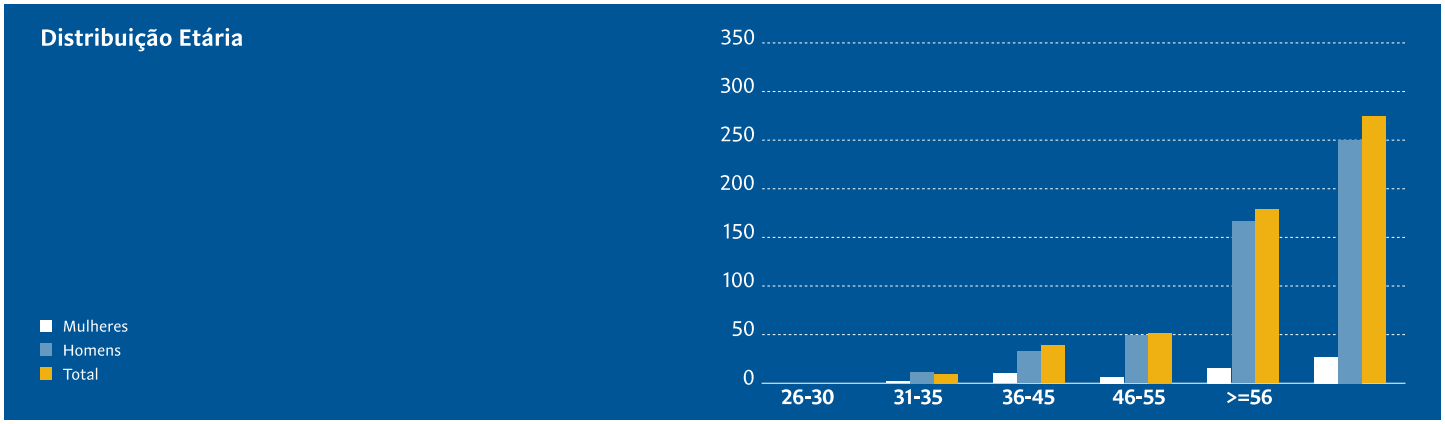
**Outros Indicadores**

Contrariando a tendência de estabilização/redução verificada nos últimos anos, o absentismo registou um aumento dos seus índices.

Comparativamente aos Indicadores de Pessoal no final de 2014, a Lisnave viu o seu efectivo reduzido em 20 Trabalhadores, a maioria dos quais e nos termos da Lei, por ingresso na situação de Reforma Antecipada.

Em 31 de Dezembro de 2015, o efectivo total da Lisnave era de 269 Trabalhadores, tendo a média de idades mantido os 55 anos.

A distribuição etária do efectivo da Lisnave, naquela data, era a que o quadro seguinte apresenta.



## 6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a Lisnave durante o Exercício de 2015, reparou 107 navios, com uma facturação total de 113,2 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2015 um forte crescimento de 48,4% no valor da Facturação, relativamente ao ano anterior, acompanhado por um aumento de 16,3% no número de navios reparados.

A facturação média por navio, de 1.057 mil Euros, reflecte uma melhoria de 27,3%, quando comparada com o período homólogo, significando um maior conteúdo de trabalho por navio em reparações de rotina, conjugado com a grande dimensão de 3 projectos de reparação, executados no período em análise, os quais atingiram um valor médio de facturação de cerca de 10 milhões de Euros.

**Número de Navios e facturação**

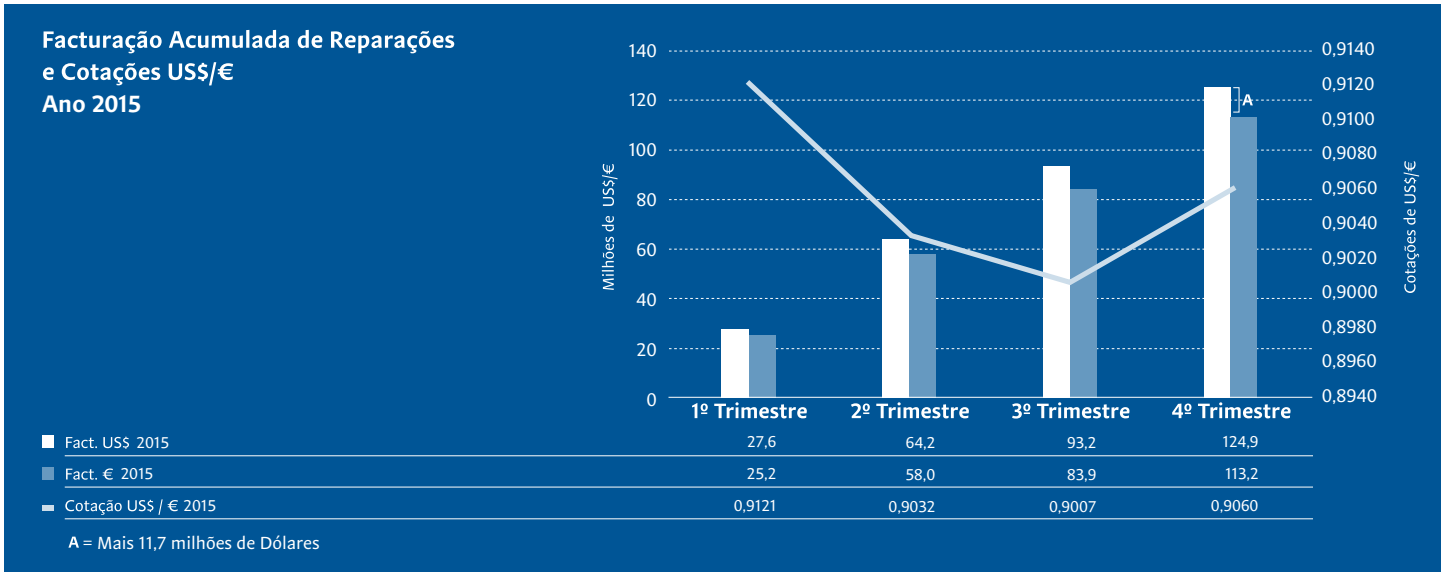
| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| N.º Navios Reparados | 107 | 92 | 107 | 101 | 101 |
| Facturação Total | 113,2 | 76,3 | 81,0 | 79,9 | 80,8 |
| Facturação Média Navio | 1,057 | 0,830 | 0,757 | 0,792 | 0,800 |

(Valores em Milhões de Euros)

O forte crescimento da Facturação, no Exercício em apreço, compara com uma situação de estabilização da actividade do Estaleiro num patamar de 80 milhões de Euros anuais, verificada no período de 2011/2014, depois duma forte redução verificada no triénio anterior, provocada, entre outras razões, pela quebra acentuada das taxas de frete verificada a partir de 2008, na sequência da crise financeira e económica internacional e do excesso de oferta do mercado de transporte marítimo.

Uma vez que, em 2015, os fundamentos da economia mundial não se alteraram relativamente aos anos anteriores em análise, ou seja, manteve-se o crescimento anémico do comércio mundial e o desequilíbrio entre a oferta e a procura, no mercado do transporte marítimo, poder-se-á afirmar que a actividade da Empresa em 2015 foi influenciada por factores atípicos que não é previsível que se repitam no curto prazo.
Importa, também, referir pela sua importância, o comportamento do Dólar no exercício de 2015, uma vez que os principais Clientes da Estaleiro continuam a utilizar, primordialmente, o Dólar nas suas transacções comerciais. De facto, o Dólar registou, ao longo do ano, um movimento de apreciação relativamente à generalidade das outras divisas, nomeadamente o Euro, reflectindo a consolidação da perspectiva de subida dos juros de referência por parte da Reserva Federal norte americana. Assim, verificou-se uma forte e continuada valorização desta moeda contra o Euro, atingindo uma cotação média anual de 0,9060, ou seja, uma valorização de cerca de 20% relativamente à cotação média verificada no ano anterior.

O quadro seguinte mostra o impacto que a evolução do Dólar teve ao longo do Exercício de 2015. Assim, em termos anuais, embora o diferencial se tenha esbatido com a valorização do Dólar antes referida, quando comparado com outros Exercícios anteriores, note-se que foi necessário vender um montante de 124,9 milhões de Dólares para se atingirem os 113,2 milhões de Euros.




O quadro seguinte mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

**Vendas e Prestações de Serviços**

| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Reparações Navais | 113.152 | 76.333 | 81.038 | 79.945 | 80.809 |
| Rédito dos Navios em Curso | -3.294 | 4.327 | 549 | -61 | -5.150 |
| Outras Actividades | 3.490 | 3.905 | 2.801 | 1.474 | 2.818 |
| Prestações de Serviços | 1.294 | 1.103 | 1.315 | 1.249 | 1.398 |
| **Total** | **114.642** | **85.669** | **85.704** | **82.607** | **79.874** |

(Valores em Milhares de Euros)

O valor total das Rubricas "Reparações Navais" e "Rédito dos Navios em Curso" representou 95,8% do valor total das "Vendas e Prestações de Serviços", tendo as Rubricas "Outras Actividades" e "Prestações de Serviços" registado, no seu conjunto, um valor de 4,8 milhões de Euros.

Deve ser salientado que o montante da Rubrica "Outras Actividades" inclui um valor de 3 milhões de Euros de Vendas de Serviços à Lisnave Infraestruturas Navais, detentora do Contrato de Concessão do Estaleiro da Mitrena, relacionado com a execução do Plano de Investimentos de reabilitação do Estaleiro.

Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro seguinte, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2015/2011, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total de Rendimentos de Exploração.

PROSPECTOR I

## Demonstração de Resultados

| | 2015 | | 2014 | | 2013 | | 2012 | | 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Rubricas** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** |
| Vendas e Serviços Prestados | 114,642 | | 85,669 | | 85,704 | | 82,607 | | 79,874 | |
| Trabalhos para a própria Empresa | 0 | | 3 | | 0 | | 0 | | 3 | |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 1,541 | | 3,538 | | 3,173 | | 2,747 | | 3,829 | |
| **Total Rendimentos de Exploração** | **116,183** | **100** | **89,209** | **100** | **88,877** | **100** | **85,355** | **100** | **83,706** | **100** |
| Custos das mat. primas consumidas | 6,187 | 5.3 | 5,800 | 6.5 | 4,302 | 4.8 | 5,248 | 6.1 | 3,739 | 4.5 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 74,392 | 64.0 | 61,324 | 68.7 | 58,493 | 65.8 | 55,421 | 64.9 | 53,657 | 64.1 |
| Gastos com o Pessoal | 14,049 | 12.1 | 12,804 | 14.4 | 14,207 | 16.0 | 14,181 | 16.6 | 14,367 | 17.2 |
| Depreciações, Imparidade e Provisões | 1,815 | 1.6 | -80 | -0.1 | 1,080 | 1.2 | 1,899 | 2.2 | 2,980 | 3.6 |
| Impostos | 34 | 0.0 | 101 | 0.1 | 113 | 0.1 | 104 | 0.1 | 62 | 0.1 |
| Outros Gastos e Perdas | 670 | 0.6 | 427 | 0.5 | 463 | 0.5 | 652 | 0.8 | 691 | 0.8 |
| **Total de Gastos de Exploração** | **97,147** | **83.6** | **80,376** | **90.1** | **78,658** | **88.5** | **77,506** | **90.8** | **75,496** | **90.2** |
| **Resultados Operacionais** | **19,035** | **16.4** | **8,833** | **9.9** | **10,219** | **11.5** | **7,849** | **9.2** | **8,210** | **9.8** |
| Resultados de financiamento | 0 | 0.0 | 0 | 0.0 | 0 | 0.0 | 0 | 0.0 | 0 | 0.0 |
| **Resultados antes de Impostos** | **19,035** | **16.4** | **8,833** | **9.9** | **10,219** | **11.5** | **7,849** | **9.2** | **8,210** | **9.8** |
| Impostos sobre Rendimentos Período (-) | -5,423 | -4.7 | -2,357 | -2.6 | -3,240 | -3.6 | -2,864 | -3.4 | -2,996 | -3.6 |
| **Resultado Líquido do Período** | **13,612** | **11.7** | **6,476** | **7.3** | **6,980** | **7.9** | **4,985** | **5.8** | **5,214** | **6.2** |

(Valores em milhares de Euros)

Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2015 a situação económica da Empresa melhorou significativamente, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um "Resultado Líquido" de 13,6 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica "Total de Gastos de Exploração" no "Total de Rendimentos de Exploração", registou uma melhoria de 6,5 pontos percentuais quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 83,6%, fruto dum maior volume de actividade combinado com a continuação da aplicação duma política de contenção dos custos fixos e de utilização racional dos factores produtivos.

A Lisnave continua a não apresentar qualquer valor de "Resultados de Financiamento", uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão da Empresa, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2015 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2015 a 2011, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.

LISNAVE
CAP GEORGES

### Agregados Económicos

| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Agregados Globais** | | | | | |
| Valor Bruto da Produção (VBP) | 114,642 | 85,672 | 85,704 | 82,607 | 79,877 |
| Valor Acrescentado Bruto (VAB) | 38,851 | 21,200 | 26,000 | 24,720 | 25,485 |
| Encargos com Pessoal | 14,049 | 12,804 | 14,207 | 14,181 | 14,367 |
| Cash Flow Operacional | 20,850 | 8,753 | 11,299 | 9,748 | 11,190 |
| **Número médio de colaboradores** | **285** | **291** | **296** | **306** | **322** |
| **Rácios** | | | | | |
| Valor Bruto da Produção per capita | 402.3 | 294.4 | 289.5 | 270.0 | 248.1 |
| Encargos com Pessoal per capita | 49.3 | 44.0 | 48.0 | 46.3 | 44.6 |
| VAB / VBP | 34% | 25% | 30% | 30% | 32% |
| Encargos com Pessoal / VAB | 36% | 60% | 55% | 57% | 56% |

(Valores em Milhares de Euros)

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2015, todos os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução muito positiva, quando comparados com os do Exercício anterior, o que permite afirmar que a performance económica do Exercício reforçou a capacidade da Empresa para continuar a fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da "Situação Líquida", para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte.

### Situação Líquida

| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capital Social | 5,000 | 5,000 | 5,000 | 5,000 | 5,000 |
| Prestações suplementares de capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reserva legal e resultados transitados | 23.672 | 23.196 | 22.216 | 21.231 | 20.016 |
| Resultado líquido do Exercício | 13.612 | 6.476 | 6.980 | 4.985 | 5.214 |
| **Total da Situação Líquida** | **42.284** | **34.672** | **34.196** | **31.216** | **30.231** |

(Valores em Milhares de Euros)

IRENES RAINBOW
T

A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2015 apresenta um valor de 42,28 milhões de Euros. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 42,28 €, representando uma valorização de 746% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2015, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

**Balanços Sintéticos Comparados**

| Rubricas | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Activo** | | | | | |
| Activo não Corrente | 9.338 | 9.798 | 10.604 | 11.137 | 12.085 |
| Inventários | 1.851 | 1.850 | 1.947 | 2.097 | 2.379 |
| Clientes C/C (Líquido de Adiantamentos) | 13.005 | 12.035 | 9.859 | 13.099 | 4.737 |
| Outras Contas a Receber | 6.404 | 6.698 | 5.176 | 3.870 | 4.470 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 51.928 | 35.393 | 37.892 | 30.969 | 32.346 |
| Diferimentos | 247 | 143 | 91 | 149 | 104 |
| **Total do Activo** | **82.774** | **65.918** | **65.569** | **61.322** | **56.121** |
| **Passivo** | | | | | |
| Provisões | 2.136 | 2.204 | 3.327 | 5.802 | 5.173 |
| Outras Contas a Pagar não Corrente | 876 | 1.445 | 2.634 | 2.573 | 3.094 |
| Fornecedores C/C (Líquido de Adiantamentos) | 24.648 | 19.206 | 16.489 | 13.272 | 10.834 |
| Outras Contas a Pagar | 11.577 | 8.391 | 8.924 | 8.458 | 6.789 |
| Diferimentos | 1.252 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total do Passivo** | **40.490** | **31.246** | **31.373** | **30.106** | **25.890** |
| **Situação Líquida** | **42.284** | **34.672** | **34.196** | **31.216** | **30.231** |

(Valores em Milhares de Euros)

Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, utiliza-se um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa. Assim:

**Liquidez**

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 36,0 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida muito confortáveis, com valores de 1,96 e 1,91, respectivamente, pode afirmar-se que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível do "Cash Flow" gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram 51,9 milhões de Euros, no final do Exercício.

**Estrutura Financeira**

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 4,53 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 104,4% e 51,1%, respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço continua com num nível muito confortável e adequado ao seu "core business", que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2015, a Lisnave não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.

## 7 | Perspectivas da Actividade para 2016

A recuperação das economias dos países desenvolvidos tem sido suportada pelo crescimento da procura interna, particularmente nos Estados Unidos da América onde as condições do emprego estão robustas e na zona euro, onde o crédito tem crescido e a taxa de desemprego tem reduzido.

Com a procura externa afectada pela desaceleração do crescimento dos países com economias emergentes e dos países com economias em desenvolvimento, ainda assim, espera-se que as economias dos países desenvolvidos atinjam em 2016 um crescimento de 2,1%, valor ligeiramente superior ao de 2015, que foi de 1,6%.

Na zona Euro, particularmente devido às favoráveis condições de financiamento e à baixa dos preços dos combustíveis, o consumo interno e o investimento aumentaram, tendo a desvalorização da sua moeda face ao Dólar americano feito crescer as exportações. Para o ano de 2016 é de esperar que estas condições se consolidem o que permitirá atingir um crescimento de 1,7%.

Nos Estados Unidos da América a recuperação do mercado da habitação e a expectável subida de salários suportam as perspectivas de crescimento da sua economia, a qual, espera-se, atinja os 2,7% no ano de 2016.

No Japão, apesar dos estímulos das autoridades, o crescimento da economia continua frágil, sendo expectável, para o ano de 2016, um crescimento de 1,3% uma recuperação moderada, face aos 0,8% atingidos em 2015.

Na China, é de esperar que a mudança estrutural da sua economia continue durante o ano de 2016, evidenciando ainda mais o excesso de capacidade dos sectores industrial e imobiliário, o que fará com que a taxa de crescimento reduza ligeiramente para 6,7% em 2016, depois de em 2015 ter atingido 6,9%.

Assim, espera o Banco Mundial que no ano de 2016 a economia mundial cresça 2,9%, depois de ter crescido 2,4% no ano de 2015, um crescimento 0,3% superior ao do ano de 2014.

Consequência deste ligeiro aumento na taxa de crescimento da economia mundial espera o Banco Mundial que a taxa de crescimento das trocas comerciais no ano de 2016 atinja os 3,8%, um crescimento de 0,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

Como resultado desta tendência de ligeiro crescimento, tanto da economia mundial como do comércio mundial, espera-se que os Armadores durante o ano de 2016 se consigam adaptar aos constrangimentos provocados pelo excesso de oferta de transporte e obtenham taxas de rentabilidade aceitáveis na gestão das suas frotas.

Existem, contudo, riscos diversos para que tal cenário possa não se verificar, dos quais se destacam os seguintes:

- a continuada valorização do Dólar americano, poderá levar a que os investidores desviem os seus capitais das economias em desenvolvimento para investimentos nesta moeda procurando aumentar a rentabilidade dos seus investimentos. Como consequência, as economias dos países cujos negócios são maioritariamente efectuados em Dólares americanos, poderão vir a sentir dificuldades acrescidas para satisfazerem os seus compromissos, o que poderá conduzir a uma pressão de redução das suas importações;

- a continuação da tendência de redução dos preços dos combustíveis e das outras matérias primas não energéticas, o que poderá levar a que as economias dos países exportadores tenham que se adaptar à forte redução das suas receitas, provocando também, nestes países, uma redução da importação de produtos acabados;

▸ as continuadas pressões ambientais, aliadas ao aumento da eficiência energética gerada pelos avanços das novas tecnologias associadas às fontes de energia renováveis, que vão certamente provocar uma redução da taxa de crescimento do consumo de combustíveis fósseis e consequentemente, uma redução na taxa de crescimento do seu transporte.

Antecipando as consequências do que ficou exposto, a frota de granéis secos já começou a sua adaptação às novas necessidades de transporte, tendo no ano de 2015, reduzido em cerca de 74% as encomendas de navios novos em termos de TPB e aumentado as vendas de navios para abate em cerca de 87% também em TPB em relação ao ano de 2014.

Mas, no que se refere à frota de granéis líquidos, que desde o início da década vinha conseguindo ajustar a oferta à procura, muitas vezes através da redução da velocidade e de outros tipos de ineficiência tais como demora em portos e outros, no ano de 2015 a encomenda de novos navios cresceu cerca de 64%, tendo a venda de navios para abate decrescido cerca de 70% em termos de TPB e em relação ao ano de 2014.

Assim, se os riscos antes referidos não produzirem consequências relevantes e se a taxa de crescimento do comércio mundial, atingir, efectivamente os 3,8% previstos para o ano de 2016, espera-se que, tal como tem acontecido nos anos recentes, os Armadores consigam continuar a gerir o excesso de frota existente, através da redução de velocidade e outras ineficiências e possam alcançar níveis de rentabilidade, que lhes permitam manter a manutenção dos seus navios nos níveis exigidos, tanto pelos fretadores como pelas sociedades classificadoras, o que, a verificar-se, fará com que a actividade de Reparação Naval se possa manter, no ano de 2016, a um nível próximo do que se verificou no ano de 2015.

**Recursos Humanos**

O Conselho de Administração, no ano de 2016, pretende prosseguir com a sua Politica de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a Lisnaveyards, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.

Com este objectivo, a Lisnave pretende explorar novas modalidades de colaboração com a Lisnaveyards, procurando que esta assuma, em função da dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além de pretender continuar a assegurar a formação profissional dos seus Trabalhadores, tendo estimado para o efeito um Plano Anual de

cerca de 20,6 mil horas, a Lisnave tenciona prosseguir com a sua Politica de Rejuvenescimento, prevendo realizar três novos cursos de Formação de Jovens, desenvolver um vasto plano de recrutamento de técnicos para a área de Segurança e desenvolver várias Acções de preparação e formação de novas chefias directas, através de uma abordagem inovadora.

## 8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma "performance" no Exercício de 2015, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

**1** Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Euros) já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

**2** Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 13.611.898,68 (Treze milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e noventa e oito Euros e sessenta e oito cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

| | |
|---|---|
| Dividendos | 13.500.000,00 Euros |
| Resultados Transitados | 111.898,68 Euros |

## 9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2015, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a Lisnave;

▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;

▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;

▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a Lisnave;

▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;

▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 25 de Fevereiro de 2016

## O Conselho de Administração

**Presidente**
Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

**Vogais**
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

**Balanço**

**Demonstração de Capital Próprio**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Certificação Legal das Contas**

**Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2016 relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas respeitante ao Exercício de 2015**

# BALANÇO

| Rubricas | Notas | 31-DEZ-2015 | 31-DEZ-2014 |
|---|---|---|---|
| **Activo** | | | |
| **Activo não Corrente** | | | |
| Activos fixos tangíveis | 8 | 5.214.743,88 | 4.687.103,06 |
| Propriedades de investimento | 7 | 2.567.100,00 | 2.567.100,00 |
| Outros activos financeiros | 15 | 883.038,89 | 1.725.492,89 |
| Activos por impostos diferidos | 14 | 223.415,67 | 368.583,60 |
| Activos não correntes detidos para venda | 8 | 450.000,00 | 450.000,00 |
| | | **9.338.298,44** | **9.798.279,55** |
| **Activo Corrente** | | | |
| Inventários | 10 | 1.850.802,26 | 1.849.858,57 |
| Clientes | 15.1 | 13.041.018,68 | 12.071.287,90 |
| Adiantamentos a fornecedores | 15.3 | 221.380,02 | 195.735,96 |
| Estado e outros entes públicos | 14/17.1 | 3.146.196,46 | 2.730.529,50 |
| Outras contas a receber | 15.2 | 3.257.667,72 | 3.967.705,17 |
| Diferimentos | 17.2 | 247.446,50 | 143.473,41 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 51.928.045,91 | 35.392.685,08 |
| | | **73.692.557,55** | **56.351.275,59** |
| **Total do Activo** | | **83.030.855,99** | **66.149.555,14** |

(Valores em Euros)

| Rubricas | Notas | 31-DEZ-2015 | 31-DEZ-2014 |
|---|---|---|---|
| **Capital Próprio e Passivo** | | | |
| **Capital Próprio** | | | |
| Capital realizado | 15.5 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 |
| Reservas legais | 17.3 | 1.398.173,26 | 1.398.173,26 |
| Resultados transitados | 17.3 | 22.273.795,07 | 21.797.469,15 |
| | | 28.671.968,33 | 28.195.642,41 |
| Resultado líquido do período | 17.3 | 13.611.898,68 | 6.476.325,92 |
| **Total do Capital Próprio** | | **42.283.867,01** | **34.671.968,33** |
| **Passivo** | | | |
| **Passivo não Corrente** | | | |
| Provisões | 12 | 2.136.294,14 | 2.203.538,49 |
| Outras contas a pagar | 15.4 | 876.139,89 | 1.445.425,89 |
| | | **3.012.434,03** | **3.648.964,38** |
| **Passivo Corrente** | | | |
| Fornecedores | 15.3 | 24.869.446,66 | 19.401.909,11 |
| Adiantamentos de clientes | 15 | 35.830,36 | 35.830,36 |
| Estado e outros entes públicos | 14/17.1 | 4.365.207,34 | 432.673,97 |
| Outras contas a pagar | 15.4 | 7.211.598,59 | 7.958.208,99 |
| Diferimentos | 17.2 | 1.252.472,00 | |
| | | **37.734.554,95** | **27.828.622,43** |
| **Total do Passivo** | | **40.746.988,98** | **31.477.586,81** |
| **Total do Capital Próprio e do Passivo** | | **83.030.855,99** | **66.149.555,14** |

(Valores em Euros)

# DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

| Descrição | Capital Realizado | Reservas Legais | Resultados Transitados | Resultado Líquido | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Posição em 01/01/2014** | **5.000.000,00** | **1.398.173,26** | **20.817.823,13** | **6.979.646,02** | **34.195.642,41** |
| Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit. | | | 6.979.646,02 | -6.979.646,02 | 0,00 |
| **Alterações no Período** | | | | | |
| | | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Resultado Líquido do Período** | | | | **6.476.325,92** | **6.476.325,92** |
| **Operações com Detentores de Capital no Período** | | | | | |
| Distribuições | | | -6.000.000,00 | | -6.000.000,00 |
| | **0,00** | **0,00** | **-6.000.000,00** | **6.476.325,92** | **476.325,92** |
| **Posição no Fim do Período 2014** | **5.000.000,00** | **1.398.173,26** | **21.797.469,15** | **6.476.325,92** | **34.671.968,33** |
| **Posição em 01/01/2015** | **5.000.000,00** | **1.398.173,26** | **21.797.469,15** | **6.476.325,92** | **34.671.968,33** |
| Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit. | | | 6.476.325,92 | -6.476.325,92 | 0,00 |
| **Alterações no Período** | | | | | |
| | | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Resultado Líquido do Período** | | | | **13.611.898,68** | **13.611.898,68** |
| **Operações com Detentores de Capital Próprio** | | | | | |
| Distribuições | | | -6.000.000,00 | | -6.000.000,00 |
| | **0,00** | **0,00** | **-6.000.000,00** | **13.611.898,68** | **7.611.898,68** |
| **POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015** | **5.000.000,00** | **1.398.173,26** | **22.273.795,07** | **13.611.898,68** | **42.283.867,01** |

(Valores em Euros)

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| Rendimentos e Gastos | Notas | 2015 | 2014 |
|---|---|---|---|
| Vendas e serviços prestados | 11 | 114.641.658,49 | 85.668.603,63 |
| Subsidios à exploração | | 0,00 | 43.952,95 |
| Trabalhos própria empresa | | 329,34 | 2.986,62 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10 | (6.187.022,02) | (5.800.495,88) |
| Fornecimentos e serviços externos | 17.4 | (74.392.295,59) | (61.324.439,47) |
| Gastos com o pessoal | 16 | (14.049.130,52) | (12.804.294,30) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 10 | (11.587,58) | 35.044,52 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 15.1 | 225.808,00 | 182.500,56 |
| Provisões (aumentos/reduções) | 12 | (1.279.320,32) | 540.027,43 |
| Outros rendimentos e ganhos | 17.5 | 1.540.846,12 | 3.493.867,36 |
| Outros gastos e perdas | 17.6 | (704.392,81) | (527.515,76) |
| **Resultado antes de Depreciações. gastos de Financiamento e Impostos** | | **19.784.893,11** | **9.510.237,66** |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 8/17.7 | (749.505,13) | (677.076,97) |
| **Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)** | | **19.035.387,98** | **8.833.160,69** |
| **Resultado antes de Impostos** | | **19.035.387,98** | **8.833.160,69** |
| Imposto sobre o rendimento do período | 14 | (5.423.489,30) | (2.356.834,77) |
| **Resultado Líquido do Período** | | **13.611.898,68** | **6.476.325,92** |

(Valores em Euros)

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| | Periodo | |
|---|---|---|
| **Rubricas** | **2015** | **2014** |
| **Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais** | | |
| Recebimento de Clientes | 112.680.062,36 | 82.449.011,37 |
| Pagamento a Fornecedores | -88.054.654,40 | -74.433.130,33 |
| Pagamento a Pessoal | -9.749.145,05 | -9.654.925,51 |
| **Caixa Gerada pelas Operações** | **14.876.262,91** | **-1.639.044,47** |
| Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento | -619.024,41 | -3.587.472,85 |
| Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional | 9.638.038,72 | 8.271.211,05 |
| | 23.895.277,22 | 3.044.693,73 |
| **Fluxo das Actividades Operacionais (1)** | **23.895.277,22** | **3.044.693,73** |
| **Pagamentos Respeitantes a:** | | |
| Activos Fixos Tangíveis | -1.683.643,32 | -562.937,43 |
| | -1.683.643,32 | -562.937,43 |
| **Recebimentos Provenientes de:** | | |
| Activos Fixos Tangíveis | 155,00 | 38.492,00 |
| Juros e Rendimentos Similares | 366.295,26 | 1.009.200,71 |
| **Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)** | **-1.317.193,06** | **484.755,28** |
| **Pagamentos Respeitantes a:** | | |
| Juros e gastos similares | -41.576,77 | -28.678,93 |
| Dividendos | -6.000.000,00 | -6.000.000,00 |
| **Fluxo das Actividades de Financiamento (3)** | **-6.041.576,77** | **-6.028.678,93** |
| **Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)** | **16.536.507,39** | **-2.499.229,92** |
| **Efeito das Diferenças de Câmbio** | **1.146,56** | **448,80** |
| **Caixa e seus Equivalentes no Início do Período** | **-35.392.685,08** | **-37.892.363,80** |
| **Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período** | **51.928.045,91** | **35.392.685,08** |
| | **16.536.507,39** | **-2.499.229,92** |

(Valores em Euros)

# ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

## 1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para Lisnave, Estaleiros Navais, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 Setúbal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Navivessel - Estudos E Projectos Navais, S.A., que detém 72,83%, pela Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, que possui 20% do capital, pela Parpública, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo Público (OPT) com 4,2%.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

## 3. Principais políticas contabilísticas

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

**a. Activos Fixos Tangíveis**

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Edifícios e outras construções | 2,50% - 5,00% | 2,50% - 5,00% |
| Equipamento Básico | 5,00% - 12,50% | 5,00% - 12,50% |
| Equipamento de Transporte | 25,00% | 25,00% |
| Equipamento Administrativo | 6,25% – 33,33% | 6,25% – 33,33% |
| Outros Activos Tangíveis | 16,67% | 16,67% |

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

**Imparidade**

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

### b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

**b.2 Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% e 5% de onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

**c. Inventários**

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros items semelhantes);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em

consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

**d. Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

**e. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima**

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.
Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

**e.1 Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

**e.2 Adiantamentos a Fornecedores**

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

**e.3 Outras Contas a Receber**

As outras contas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Pessoal – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

**e.4 Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

**f. Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

**g. Diferimentos Activos e Passivos**

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

**h. Rubricas dos Capitais Próprios**

**h.1 Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

**h.2 Reservas Legais**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

**h.3 Resultados Transitados**

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

**i. Provisões**

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

**i.1 Provisões para Processos Judiciais**

Esta rubrica inclui a provisão para dois processos judiciais em curso relativos a IRC de 2003 e Acidente de Trabalho. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

**i.2 Outras Provisões**

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

**j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

**j.1 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

**j.2 Adiantamentos de Clientes**

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

**j.3 Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

**k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

**l. Prestações de Serviço**

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

### l.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de crédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

## m. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

### m.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### m.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

**m.3 Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

**n. Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

**o. Activos e Passivos Contingentes**

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

## 3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

### a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

### b. Impostos Diferidos Activos

A empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

**c. Reconhecimento de Prestações de Serviços**

A empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mensure fiavelmente os serviços executados.

Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

a) Vistorias do trabalho executado;
b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflictam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflictam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os serviços executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados

**d. Provisões para Impostos**

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

## 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

**a. Imparidade de Activos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

**b. Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

**c. Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**d. Locações**

Os Contratos de Locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como Locações Financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como Locações Operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das Locações em Financeiras ou Operacionais é feita em função da substancia e não da forma do Contrato.

Nas Locações consideradas como Operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração de Resultados numa base linear durante o período do Contrato de Locação.

## 4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Caixa | 126.477,41 | 69.553,99 |
| Depósitos à Ordem | 1.801.568,50 | 573.131,09 |
| Outros Depósitos Bancários | 50.000.000,00 | 34.750.000,00 |
| | **51.928.045,91** | **35.392.685,08** |

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

## 6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

| | | | | Natureza do Relacionamento | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nome | Localização | % de Interesse | % de Voto | Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz | Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe |
| Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A. | Portugal | 72,83% | 72,83% | Dividendos | Serviços de Consultadoria |
| ThyssenKrupp Industrial Solutions AG | Alemanha | 20,00% | 20,00% | Dividendos | |
| Parpública, SGPS, S.A. | Portugal | 2,97% | 2,97% | Dividendos | Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo |
| Público (OPT) | | 4,20% | 4,20% | Dividendos | |
| Lisnave Infraestruturas | Portugal | - | - | Reabilitação do Estaleiro | Renda do Estaleiro |
| Repropel | Portugal | - | - | Serviços de apoio a reparações e comissões | Serviços de Reparações de Hélices |
| Gaslimpo | Portugal | - | - | Serviços de apoio | Serviço de Pesquisa de Gases |
| Rebocalis | Portugal | - | - | Serviços de apoio | Serviço de Marinharia |
| Lisnave Internacional | Portugal | - | - | | Serviços Internacionais |
| Tecor | Portugal | - | - | Serviços de apoio | Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies) |
| NavalRocha | Portugal | - | - | | |
| Navalset | Portugal | - | - | | Apoio e Assessoria Jurídica |
| LisnaveYards | Portugal | - | - | Serviços de apoio | Prestação de serviços de subempreitadas para reparações |
| Dakarnave | Senegal | - | - | | |

A Empresa-mãe é a Navivessel - Estudos e Projectos Navais, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa Navalset – Serviços Industriais e Navais, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

| Nome | Ano | Clientes | Fornecedores | Vendas e Prest. Serv. | Compras | FSEs |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A. | 2015 | 505,00 | 311.929,95 | - | - | 314.406,32 |
| | 2014 | 704,00 | 311.929,95 | 204,00 | - | 294.406,32 |
| ThyssenKrupp Industrial Solutions AG | 2015 | - | - | - | - | - |
| | 2014 | - | - | - | - | - |
| Parpública, S.A. \| Estado Português | 2015 | - | - | - | - | - |
| | 2014 | - | - | - | - | - |
| Público (OPT) | 2015 | - | - | - | - | - |
| | 2014 | - | - | - | - | - |
| Lisnave Infraestruturas | 2015 | - | 761.470,52 | 2.876.045,49 | - | 4.937.156,46 |
| | 2014 | 1.222.284,94 | - | 3.194.295,21 | - | 2.331.524,49 |
| Repropel | 2015 | 33.919,66 | - | 116.003,81 | - | 13.434,00 |
| | 2014 | 56.095,70 | 5.907,08 | 103.981,65 | - | 30.087,50 |
| Gaslimpo | 2015 | 4.209,20 | 272.599,08 | 14.065,24 | 98.710,75 | 585.026,60 |
| | 2014 | 13.352,17 | 224.528,34 | 25.216,13 | 106.406,38 | 530.689,77 |
| Rebocalis | 2015 | 11.799,79 | 393.782,11 | 29.740,43 | - | 1.182.360,34 |
| | 2014 | 6.378,12 | 312.186,81 | 19.983,34 | - | 944.863,08 |
| Lisnave Internacional | 2015 | 15.749,54 | 27.363,19 | 15.811,96 | - | 90.884,52 |
| | 2014 | 2.199,86 | 65.859,15 | 3.034,08 | - | 121.927,26 |
| Tecor | 2015 | 224.060,44 | 4.760.184,46 | 357.382,85 | - | 10.997.379,27 |
| | 2014 | 57.057,33 | 2.667.995,29 | 192.330,89 | - | 8.517.120,78 |
| NavalRocha | 2015 | - | - | - | - | - |
| | 2014 | - | - | - | - | - |
| Navalset | 2015 | 500,00 | 5.535,00 | - | - | 18.000,00 |
| | 2014 | 1.607,00 | 5.535,00 | 900,00 | - | 18.000,00 |
| LisnaveYards | 2015 | 122.398,85 | 2.298.714,59 | 419.792,33 | - | 6.631.792,47 |
| | 2014 | 127.923,31 | 2.252.338,68 | 418.643,20 | - | 5.658.268,44 |
| Dakarnave | 2015 | - | - | - | - | - |
| | 2014 | - | - | - | - | - |

## 7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2014 e 2015.

## 8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

| | Edifícios e outras construções | Equipamento Básico | Equipamento Transporte | Equipamento Administrativo | Outros Activos Fixos | Imobilizações em curso | Total Activos Tangíveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | |
| **01 de Janeiro de 2014** | **1.873.185,46** | **6.110.160,88** | **143.573,79** | **1.467.181,86** | **6.595.381,24** | **308.720,46** | **16.498.203,69** |
| Aumentos | - | - | - | - | - | 687.354,51 | 687.354,51 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisições de uma subsidiária | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 352.534,66 | 114.813,08 | 85.612,63 | 9.977,06 | (562.937,43) | - |
| Alienações | - | - | (121.244,68) | (5.776,00) | - | - | (127.020,68) |
| Abates | - | (578,20) | - | (54.562,04) | - | - | (55.140,24) |
| Diferenças de Câmbio | - | - | - | - | - | - | - |
| **31 de Dezembro de 2014** | **1.873.185,46** | **6.462.117,34** | **137.142,19** | **1.492.456,45** | **6.605.358,30** | **433.137,54** | **17.003.397,28** |
| Aumentos | - | - | - | - | - | 1.297.753,45 | 1.297.753,45 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisições de uma subsidiária | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | 1.448.423,87 | 20.724,00 | 105.028,93 | 88.918,52 | (1.683.643,32) | (20.548,00) |
| Alienações | - | - | (12.469,95) | | - | - | (12.469,95) |
| Abates | - | (595,01) | - | | - | - | (595,01) |
| Diferenças de Câmbio | - | - | - | - | - | - | - |
| **31 de Dezembro de 2015** | **1.873.185,46** | **7.909.946,20** | **145.396,24** | **1.597.485,38** | **6.694.276,82** | **47.247,67** | **18.267.537,77** |

| | Edifícios e outras construções | Equipamento Básico | Equipamento Transporte | Equipamento Administrativo | Outros Activos Fixos | Imobilizações em curso | Total Activos Tangíveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | |
| **01 de Janeiro de 2014** | **693.075,98** | **3.629.988,08** | **143.573,79** | **1.027.146,81** | **6.325.435,36** | **-** | **11.819.220,02** |
| Amortizações | 108.118,01 | 296.634,82 | 28.703,27 | 76.331,53 | 167.289,34 | - | 677.076,97 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - |
| Alienações | - | - | (121.244,68) | (3.849,13) | - | - | (125.093,81) |
| Abates | - | (346,92) | - | (54.562,04) | - | - | (54.908,96) |
| Diferenças de câmbio | - | - | - | - | - | - | - |
| Imparidade | - | - | - | - | - | - | - |
| **31 de Dezembro de 2014** | **801.193,99** | **3.926.275,98** | **51.032,38** | **1.045.067,17** | **6.492.724,70** | **-** | **12.316.294,22** |
| Amortizações | 108.117,99 | 431.369,11 | 34.427,27 | 107.700,40 | 67.890,36 | - | 749.505,13 |
| Revalorizações | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - |
| Alienações | - | - | (12.469,95) | - | - | - | (12.469,95) |
| Abates | | (535,51) | - | - | - | - | (535,51) |
| Diferenças de Câmbio | - | - | - | - | - | - | - |
| Imparidade | - | - | - | - | - | - | - |
| **31 de Dezembro de 2015** | **909.311,98** | **4.357.109,58** | **72.989,70** | **1.152.767,57** | **6.560.615,06** | **-** | **13.052.793,89** |
| **Valor Líquido Contabilístico:** | | | | | | | |
| **A 31 de Dezembro de 2015** | **963.873,48** | **3.552.836,62** | **72.406,54** | **444.717,81** | **133.661,76** | **47.247,67** | **5.214.743,88** |
| **A 31 de Dezembro de 2014** | **1.071.991,47** | **2.535.841,36** | **86.109,81** | **447.389,28** | **112.633,60** | **433.137,54** | **4.687.103,06** |
| **A 01 de Janeiro de 2014** | **1.180.109,48** | **2.480.172,80** | **-** | **440.035,05** | **269.945,88** | **308.720,46** | **4.678.983,67** |

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Activos não correntes detidos para venda** | | |
| Bruto | 600.000,00 | 600.000,00 |
| Imparidade | (150.000,00) | (150.000,00) |
| | **450.000,00** | **450.000,00** |

## 9. Imparidade de Activos Não Correntes

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2015, não foi pedido nova avaliação externa por se entender que o valor do Activo estava devidamente valorizado.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

## 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Matérias primas, Subs. e de Consumo** | | |
| Valor Bruto | 2.284.650,07 | 2.272.118,80 |
| Imparidades | (433.847,81) | (422.260,23) |
| | **1.850.802,26** | **1.849.858,57** |

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

| | Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo |
|---|---|
| Existências em 1 de Janeiro de 2014 | 2.404.026,46 |
| Compras | 5.668.588,22 |
| Existências em 31 de Dezembro de 2014 | 2.272.118,80 |
| | **5.800.495,88** |
| Existências em 1 de Janeiro de 2015 | 2.272.118,80 |
| Compras | 6.199.553,29 |
| Existências em 31 de Dezembro de 2015 | 2.284.650,07 |
| | **6.187.022,02** |

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Perdas por Imparidade** | | |
| Matérias primas, Subs. e de Consumo | 11.587,58 | - |
| | **11.587,58** | **-** |
| **Reversões de Perdas por Imparidade** | | |
| Matérias primas, Subs. e de Consumo | - | 35.044,52 |
| | **11.587,58** | **35.044,52** |

## 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Venda de Mercadorias** | | |
| **Subprodutos, Resíduos e Refugos** | | |
| Portugal | 508.193,57 | 331.897,73 |
| | **508.193,57** | **331.897,73** |
| **Prestações de Serviços** | | |
| **Serviços** | | |
| **Total Europa** | **48.892.189,23** | **35.007.004,30** |
| Portugal | 12.815.478,84 | 6.625.942,11 |
| U.E. | 34.885.878,54 | 24.318.632,19 |
| Outros | 1.190.831,85 | 4.062.430,00 |
| | | |
| **Total África** | **4.361.941,39** | **2.862.688,00** |
| **Total América** | **46.183.148,37** | **29.361.629,07** |
| **Total Ásia** | **6.872.898,93** | **11.751.598,00** |
| **Total Oceânia** | **7.823.287,00** | **6.353.786,53** |
| | **114.133.464,92** | **85.336.705,90** |
| | **114.641.658,49** | **85.668.603,63** |

| Anos | Subprodutos, Res. e Refugos | Reparações | Outras Actividades | Prestações de Serviços | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | 508.193,57 | 109.857.966,45 | 3.489.798,84 | 785.699,63 | **114.641.658,49** |
| 2014 | 331.897,73 | 80.660.400,30 | 3.905.038,51 | 771.267,09 | **85.668.603,63** |

## 12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

| | Provisões para Processos Judiciais em Curso | Provisões para notas de crédito | Provisões para saldos devedores de fornecedores | Provisões para Comissões / claim | Outras Provisões | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **A 01 de Jan. de 2014** | **360.189,30** | **300.000,00** | **606.887,27** | **1.020.207,60** | **1.040.000,00** | **3.327.284,17** |
| Aumentos do ano | - | 11.990,45 | - | 1.047.813,00 | - | 1.059.803,45 |
| Utilizações no ano | - | (11.990,45) | (150.000,00) | (130.535,70) | (291.192,10) | (583.718,25) |
| Reversões do ano | - | - | (96.351,08) | (819.671,90) | (683.807,90) | (1.599.830,88) |
| **A 31 de Dez. de 2014** | **360.189,30** | **300.000,00** | **360.536,19** | **1.117.813,00** | **65.000,00** | **2.203.538,49** |
| | | | | | | |
| **A 01 de Jan. de 2015** | **360.189,30** | **300.000,00** | **360.536,19** | **1.117.813,00** | **65.000,00** | **2.203.538,49** |
| Aumentos do ano | 118.231,42 | - | 170.893,83 | 1.170.147,00 | 142.000,00 | 1.601.272,25 |
| Utilizações no ano | (315.902,96) | (11.846,71) | - | (1.018.815,00) | - | (1.346.564,67) |
| Reversões do ano | - | (288.153,29) | (33.763,64) | (35,00) | - | (321.951,93) |
| **A 31 de Dez. de 2015** | **162.517,76** | **-** | **497.666,38** | **1.269.110,00** | **207.000,00** | **2.136.294,14** |

## 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:** | | |
| Outros rendimentos e ganhos | 7.784,54 | 8.486,71 |
| | **7.784,54** | **8.486,71** |
| **Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:** | | |
| Outros gastos e perdas | 11.751,30 | 15.158,51 |
| | **11.751,30** | **15.158,51** |

## 14.Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Imposto Corrente** | | |
| IRC do ano | 5.278.321,37 | 2.001.177,03 |
| **Imposto Diferido** | | |
| Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias | 145.167,93 | 355.657,74 |
| Outros movimentos | - | - |
| | **5.423.489,30** | **2.356.834,77** |

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Excesso de Estimativa para Impostos | - | - |
| Insuficiência de Estimativa para Impostos | 63.172,98 | 9.061,04 |
| | **63.172,98** | **9.061,04** |

Com excepção da taxa de IRC de 23% para 21%, durante o Exercício de 2015, não ocorreram outras alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas) e, naturalmente, da revisão da taxa de IRC acima mencionada.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

| | Base de Imposto | | Taxa de Imposto | |
|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Resultado antes de impostos | 19.035.387,98 | 8.833.160,69 | | |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21% | 23% | | |
| **Imposto sobre o lucro à taxa nominal** | **3.997.431,48** | **2.031.626,96** | **21,00%** | **23,00%** |
| **Proveitos não tributáveis** | | | | |
| Mais valias contabilísticas | 126,01 | 38.000,00 | | |
| Reversão de provisões tributadas em anos anteriores | 1.917.949,60 | 2.537.425,54 | | |
| Seguro Excellentia | 1.002.011,00 | 1.188.179,00 | | |
| Variações patrimoniais negativas | - | 20.909,87 | | |
| Benefícios Fiscais | 91.410,63 | 131.240,42 | | |
| | **3.011.497,24** | **3.915.754,83** | **(3,32%)** | **(10,20%)** |
| **Custos não dedutíveis para efeitos fiscais** | | | | |
| Donativos | - | 5.000,00 | | |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 978,25 | 4.422,23 | | |
| Gastos não documentados | 315.757,37 | 185.352,41 | | |
| Variações patrimoniais positivas | - | - | | |
| Amortizações não aceites fiscalmente | 12.703,27 | 162.703,27 | | |
| Provisões para além limites legais | 1.624.897,25 | 1.059.803,45 | | |
| Registo de perdas de Imparidade | 11.587,58 | 136.331,33 | | |
| Insuficiência Estimativa para Impostos | 63.172,98 | 9.061,04 | | |
| Seguro Excellentia | 432.725,00 | - | | |
| Correcções relativas a Exercícios anteriores | 47.999,11 | 2.554,81 | | |
| Outros | 214.899,73 | 148.099,97 | | |
| | **2.724.720,54** | **1.713.328,51** | **3,01%** | **4,46%** |

| | Base de Imposto | | Taxa de Imposto | |
|---|---|---|---|---|
| | **2015** | **2014** | **2015** | **2014** |
| Lucro tributável | 18.748.611,29 | 6.630.734,37 | | |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,00% | 23,00% | | |
| **Imposto calculado** | **3.937.208,37** | **1.525.068,90** | **20,68%** | **17,27%** |
| Tributação autónoma | 317.453,26 | 222.725,09 | 1,67% | 2,52% |
| Derrama | 281.229,17 | 99.461,01 | 1,48% | 1,13% |
| Derrama Estadual | 742.430,57 | 153.922,03 | 3,90% | 1,74% |
| Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos | 145.167,93 | 355.657,74 | 0,76% | 4,03% |
| | **1.486.280,93** | **831.765,87** | **7,81%** | **9,42%** |
| **Imposto sobre o Rendimento** | **5.423.489,30** | **2.356.834,77** | **28,49%** | **26,68%** |

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

| | Contas Balanço | | Contas Demonstração Resultados | |
|---|---|---|---|---|
| | **2015** | **2014** | **2015** | **2014** |
| **Impostos Diferidos Activos** | | | | |
| Outras | | | | |
| Seguro Excellentia | 223.415,67 | 368.583,60 | (145.167,93) | (355.657,74) |
| | **223.415,67** | **368.583,60** | **(145.167,93)** | **(355.657,74)** |

## 15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Activos** | | |
| **Não Corrente** | | |
| Outros Activos Financeiros | 883.038,89 | 1.725.492,89 |
| **Corrente** | | |
| Clientes | | |
| Bruto | 15.142.661,71 | 14.398.738,93 |
| Imparidades | (2.101.643,03) | (2.327.451,03) |
| Adiantamentos a Fornecedores | 221.380,02 | 195.735,96 |
| Outras contas a receber | 3.257.667,72 | 3.967.705,17 |
| | **16.520.066,42** | **16.234.729,03** |
| **Passivos** | | |
| **Não Corrente** | | |
| Outras contas a pagar | 876.139,89 | 1.445.425,89 |
| **Corrente** | | |
| Fornecedores | 24.869.446,66 | 19.401.909,11 |
| Adiantamentos de Clientes | 35.830,36 | 35.830,36 |
| Outras contas a pagar | 7.211.598,59 | 7.958.208,99 |
| | **32.116.875,61** | **27.395.948,46** |
| **Capital Próprio** | | |
| Capital social | 5.000.000 | 5.000.000 |
| | **5.000.000** | **5.000.000** |

## 15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | Valor Bruto | Imparidade | Saldo Liquido |
|---|---|---|---|
| 2015 | 15.142.661,71 | 2.101.643,03 | 13.041.018,68 |
| 2014 | 14.398.738,93 | 2.327.451,03 | 12.071.287,90 |

| | | | Dívida Vencida | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo Líquido | Dívida não Vencida | < 30 Dias | 30-60 Dias | 61-90 Dias | 91-120 Dias | > 120 Dias |
| 2015 | 13.041.018,68 | 9.420.380,56 | 998.419,71 | 150.366,63 | 330,87 | 261.551,13 | 2.209.969,78 |
| 2014 | 12.071.287,90 | 7.752.091,91 | 2.481.611,85 | 1.745.947,40 | 10.964,86 | 17.101,84 | 63.570,04 |

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

| | Saldo Inicial | Reforço | Utilização | Reversão | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|
| **Exercício de 2015** | | | | | |
| Clientes | 2.327.451,03 | - | - | (225.808,00) | 2.101.643,03 |
| | **2.327.451,03** | **-** | **-** | **(225.808,00)** | **2.101.643,03** |
| **Exercício de 2014** | | | | | |
| Clientes | 2.509.951,59 | 136.331,33 | - | (318.831,89) | 2.327.451,03 |
| | **2.509.951,59** | **136.331,33** | **-** | **(318.831,89)** | **2.327.451,03** |

## 15.2 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber discriminam-se como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Outras contas a receber não correntes** | | |
| **Devedores por acrescimo de rendimentos** | | |
| Rédito das encomendas em curso | 2.490.434,03 | 2.904.813,42 |
| Juros Depósitos a Prazo | 27.371,00 | 175.630,00 |
| Outros | 214.414,33 | 857,27 |
| **Outros devedores e credores** | | |
| Pessoal | 147.359,56 | 166.320,79 |
| Processos Judiciais | 85.188,34 | 360.189,30 |
| Outros | 292.900,46 | 359.894,39 |
| | **3.257.667,72** | **3.967.705,17** |

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações /obras que transitam em curso para o Exercício de 2016, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/mark-up estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica  relaciona-se com grandes reparações que transitam de ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2016.

## 15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Fornecedores conta corrente** | | |
| Nacionais | 22.882.992,02 | 18.316.005,20 |
| Estrangeiros | 133.085,89 | 900.486,18 |
| Empresa Mãe | 311.929,95 | 311.929,95 |
| **Fornecedores recepção e conferencia** | 1.541.438,80 | (126.512,22) |
| | **24.869.446,66** | **19.401.909,11** |
| **Adiantamentos a fornecedores** | | |
| Nacionais | 211.973,93 | 11.471,62 |
| Estrangeiros | 9.406,09 | 184.264,34 |
| | **221.380,02** | **195.735,96** |

## 15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Outras Contas a Pagar – Não Correntes** | | |
| Outros Activos Financeiros | 876.139,89 | 1.445.425,89 |
| **Outras Contas a Pagar – Correntes** | | |
| **Credores por acréscimos de gastos** | | |
| Seguros | 7.489,44 | 9.838,98 |
| Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias | 1.531.345,40 | 1.363.752,00 |
| Prestadores de Serviços | 70.000,00 | 100.000,00 |
| Trabalhos Especializados | 12.000,00 | 40.000,00 |
| Renda Estaleiro | 186.221,55 | 335.515,48 |
| Comissões | 2.516.886,61 | 2.266.072,70 |
| Obras Internas | 408.249,24 | 1.041.949,71 |
| Centros de Custo | 652.975,10 | 1.117.505,84 |
| Custos Projectos | 34.576,93 | 57.782,98 |
| Outros | 204.816,08 | 380.588,10 |
| Agentes | 56.562,33 | 23.948,45 |
| **Outros devedores e credores** | | |
| Pessoal – Gratificações de Balanço | 1.500.000,00 | 1.200.000,00 |
| Diversos | 30.475,91 | 21.254,75 |
| | **7.211.598,59** | **7.958.208,99** |

## 15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Capital Social nominal emitido | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 |
| Capital Social nominal emitido e realizado | | |
| NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. | 3.641.725,00 | 3.641.720,00 |
| THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A. | 148.330,00 | 148.330,00 |
| PÚBLICO (OPT) | 209.945,00 | 209.950,00 |
| | **5.000.000,00** | **5.000.000,00** |
| Capital por realizar | - | - |

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

## 15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

| Entidades | Beneficiários | Moeda | Montante |
|---|---|---|---|
| M/BCP | Alfândega de Lisboa | EUR | 55.660,96 |
| M/BCP | Alfândega de Setúbal | EUR | 100.000,00 |
| M/BCP | Alfândega de Lisboa | EUR | 24.939,90 |
| SANTANDER | SAIPEM (Portugal), Lda. | EUR | 461.531,70 |
| NOVO BANCO | PDV MARINA, SA. | EUR | 120.000,00 |
| NOVO BANCO | PDV MARINA, SA. | EUR | 50.000,00 |

## 15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

**Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

**Risco de Taxa de Câmbio**

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

**Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

## 16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 827.642,80 | 827.602,80 |
| Remunerações do Pessoal | 9.722.975,99 | 8.994.671,48 |
| **Outros Remunerações** | | |
| Indemnizações | - | - |
| Encargos sobre Remunerações | 2.072.053,93 | 1.987.216,88 |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 219.746,11 | 212.369,01 |
| Gastos de Acção Social | 771.762,46 | 968.532,13 |
| | | |
| Outros gastos com o Pessoal | 434.949,23 | (186.098,00) |
| | **14.049.130,52** | **12.804.294,30** |

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento financeiro é apresentado, em balanço, no activo não corrente pelo valor de 883.039 Euros (2014: 1.725.493). Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 59.009 Euros (nota 17.5) e foi utilizado o montante de 901.463 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL103112068).

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), este é apresentado no passivo por um valor de 876.140 Euros (2014: 1.445.426). O valor da responsabilidade foi ajustado pelo gastos de juros, ganhos actuariais e rendimentos financeiros da apólice OEXL103112068, num total líquido de 432.725 Euros (gastos com o pessoal).

O ganho actuarial é gerado pela redução da população segura, que compensa o impacto negativo do crescimento salarial superior ao esperado. A perda financeira ao nível dos activos que financiam as responsabilidades decorre da diferença entre a rentabilidade real e o pressuposto de rentabilidade de longo prazo.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

# 17. Outras informações

## 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Saldo a receber** | | |
| Imposto sobre o rendimento | - | 761.093,18 |
| IVA | 3.146.196,46 | 1.969.436,32 |
| | **3.146.196,46** | **2.730.529,50** |
| **Saldo a pagar** | | |
| Imposto sobre o rendimento | 3.846.339,51 | - |
| Retenções Imposto sobre Rendimento | 278.886,91 | 208.718,89 |
| Contribuição para a Segurança Social | 239.980,92 | 223.955,08 |
| | **4.365.207,34** | **432.673,97** |

O valor de imposto sobre o rendimento apresentado no quadro acima corresponde à estimativa de imposto deduzida dos pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte efectuadas durante o ano de 2015.

## 17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Gastos a reconhecer** | | |
| Seguros | 187.054,24 | 81.408,29 |
| Assistência Software | 31.172,76 | 53.121,49 |
| Contrato Publicidade | 6.345,66 | 2.310,00 |
| Outros Gastos | 22.873,84 | 6.633,63 |
| | **247.446,50** | **143.473,41** |

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Ganhos a reconhecer** | | |
| Reparações | 1.252.472,00 | - |
| | **1.252.472,00** | **-** |

## 17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | Reservas Legais | Resultados Transitados | Resultado Líquido do Período | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de Janeiro de 2014** | **1.398.173,26** | **20.817.823,13** | **6.979.646,02** | **29.195.642,41** |
| Constituição da Reserva legal | - | - | - | - |
| Dividendos | - | (6.000.000,00) | - | (6.000.000,00) |
| Remanescente da aplicação de Resultados | - | 6.979.646,02 | (6.979.646,02) | - |
| Resultado do ano | - | - | 6.476.325,92 | 6.476.325,92 |
| Outros | - | - | - | - |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2014** | **1.398.173,26** | **21.797.469,15** | **6.476.325,92** | **29.671.968,33** |
| **Saldo em 01 de Janeiro de 2015** | **1.398.173,26** | **21.797.469,15** | **6.476.325,92** | **29.671.968,33** |
| Constituição da Reserva legal | - | - | - | - |
| Dividendos | - | (6.000.000,00) | - | (6.000.000,00) |
| Remanescente da aplicação de Resultados | - | 6.476.325,92 | (6.476.325,92) | - |
| Resultado do ano | - | - | 13.611.898,68 | 13.611.898,68 |
| Outros | - | - | - | - |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2015** | **1.398.173,26** | **22.273.795,07** | **13.611.898,68** | **37.283.867,01** |

## 17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Subcontratos | 47.851.519,47 | 37.880.202,95 |
| Trabalhos especializados | 2.329.194,67 | 2.233.619,24 |
| Publicidade e propaganda | 95.176,00 | 111.858,93 |
| Vigilância e segurança | 445.789,06 | 443.739,71 |
| Honorários | 417.603,24 | 468.174,43 |
| Comissões | 1.973.289,09 | 1.588.416,51 |
| Conservação e reparação | 4.275.384,07 | 3.835.663,90 |
| Ferramentas e utensílios | 282.794,22 | 547.229,80 |
| Livros e documentação técnica | 26.625,91 | 36.664,89 |
| Material de escritório | 61.401,74 | 49.636,45 |
| Artigos para oferta | 138.561,83 | 99.054,70 |
| Electricidade | 2.402.070,15 | 2.398.328,32 |
| Combustíveis | 1.181.366,11 | 1.137.644,33 |
| Deslocações e estadas | 268.956,25 | 229.319,15 |
| Transportes de Pessoal/Mercadorias | 1.083.725,09 | 1.107.662,03 |
| Rendas e alugueres | 7.009.510,54 | 4.614.767,47 |
| Comunicação | 116.726,28 | 125.284,53 |
| Seguros | 1.512.350,92 | 1.464.132,95 |
| Royalties | 41.752,44 | 52.155,13 |
| Contencioso e notariado | 1.849,20 | 3.128,87 |
| Despesas de representação | 158.252,55 | 157.927,95 |
| Limpeza, higiene e conforto | 317.827,97 | 309.262,26 |
| Outros | 2.400.568,79 | 2.430.564,97 |
| | **74.392.295,59** | **61.324.439,47** |

### Locações Operacionais

Durante os Exercícios de 2014 e 2015 foram reconhecidos como custos os montantes de 139.313,08 e 143.732,02 Euros, respectivamente, relativos a rendas a título de Contratos de Locação Operacional, incluídos na Rúbrica de Rendas e Alugueres.

Adicionalmente, à data de Balanço a Sociedade detinha Contratos de Locação Operacional, cujas rendas vencem como se segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Total dos futuros pagamentos mínimos** | | |
| Não mais de um ano | 134.838,97 | 119.687,44 |
| Mais de um ano e não mais de 5 anos | 192.515,92 | 188.906,25 |
| Mais de 5 anos | - | - |
| | **327.354,89** | **308.593,69** |

## 17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Rendimentos Suplementares** | | |
| Outros | 445.433,82 | 405.272,87 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 140.970,30 | 104.742,72 |
| Ganhos em Inventários | 80.766,24 | 126.143,85 |
| **Rendimentos e ganhos nos restantes Activos** | | |
| Diferenças de Câmbio | 7.784,54 | 8.486,71 |
| **Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros** | | |
| Alienações | 126,01 | 38.000,00 |
| Outros | 45.719,38 | 279.224,58 |
| **Outros** | | |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 542.123,51 | 1.801.132,60 |
| Excesso da estimativa para Impostos | 4,20 | 4,20 |
| Restituição de Imposto | - | - |
| Outros não especificados | 872,86 | 134,12 |
| **Juros Obtidos** | | |
| De Depósitos | 218.036,26 | 638.837,71 |
| **Outros Rendimentos Similares** | **59.009,00** | **91.888,00** |
| | **1.540.846,12** | **3.493.867,36** |

**Seguro Capitalização**

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 59.009 Euros, tendo sido utilizado o montante de 901.463 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL 103112068) para reforço do fundo para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

## 17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Impostos | 34.117,67 | 100.546,87 |
| Dividas Incobráveis | 39.967,64 | - |
| Descontos de Pronto Pagamento | - | - |
| Perdas em Inventários | 16.998,21 | 17.205,00 |
| Perdas em Alienação/Abates | 59,50 | 1.758,15 |
| **Outros** | | |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 47.999,11 | 2.554,81 |
| Donativos | 53.000,00 | 97.000,00 |
| Quotizações | 79.988,00 | 67.500,99 |
| Insuficiência de estimativa para impostos | 63.172,98 | 9.061,04 |
| Despesas não Documentadas | 315.757,37 | 185.352,41 |
| Multas e penalidades | | |
| Multas não fiscais | 320,24 | 4.403,58 |
| Outros | 118,36 | 196,54 |
| **Juros Suportados** | | |
| Juros mora e compensatórios | 658,01 | 18,65 |
| **Diferenças de câmbio desfavoráveis** | | |
| Outras | 11.751,30 | 15.158,51 |
| **Outros Gastos e Perdas** | | |
| Outros | 40.484,42 | 26.759,21 |
| | **704.392,81** | **527.515,76** |

### 17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Gastos de depreciação e de amortização** | | |
| Propriedades de Investimento | - | - |
| Activos Fixos Tangíveis | 749.505,13 | 677.076,97 |
| | **749.505,13** | **677.076,97** |

## 18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 25 de Fevereiro de 2016.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

## 19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.172,5 Acções cada, por via da Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A. e da Navalset, Serviços Industriais e Navais, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83 % e de 20,00 % do Capital Social da Lisnave, respectivamente os seguintes Accionistas:

- Navivessel – Estudos e Projectos Navais, S.A., S.A
  Titular de 728.345 Acções.
- Thyssenkrupp Industrial Solutions AG
  Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, no Exercício 2015, pelo Revisor Oficial de Contas fixam-se em 25.200,00 Euros, tal como no ano de 2014.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

| Administradores | Empresas | Cargos Desempenhados |
|---|---|---|
| **José António Leite Mendes Rodrigues** | Navivessel, S.A. | Administrador |
| | Navalset, S.A. | Presidente C. Administração |
| | Lisnave Infraestruturas Navais, S.A. | Presidente C. Administração |
| | Lisnave Internacional, S.A. | Administrador |
| | LisnaveYards, Lda. | Gerente |
| **Nelson Nunes Rodrigues** | Navivessel, S.A. | Administrador |
| | Navalset, S.A. | Administrador |
| | Lisnave Infraestruturas Navais, S.A. | Administrador |
| | Lisnave Internacional, S.A. | Presidente C. Administração |
| | Repropel, Lda | Gerente |
| | LisnaveYards, Lda. | Gerente |
| **Aloísio Fernando Macedo da Fonseca** | Metrocom, S.A. | Director-Geral |
| **Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger** | Lisnave Internacional, S.A. | V/ Pres. C. Administração |
| | Dakarnave, S.A. | Presidente C. Administração |
| | Associação das Indústrias Navais | Presidente Direcção |
| | C.P.S. – Comunidade Portuária Setúbal | Presidente Direcção |
| | C.I.P. – Conf. da Indústria Portuguesa | Membro do Conselho Geral |
| | A.F.E.E.M. – Assoc. Fórum Emp. Econ. Mar | Vice-Presidente Direcção |
| | Fename – Fed. Nacional do Metal | Vice-Presidente Direcção |
| | AISET – Asooc. Ind. Península Setúbal | Presidente do Concelho Fiscal |
| **João Rui Carvalho dos Santos** | Navivessel, S.A. | Administrador |
| | Lisnave Internacional, S.A. | Administrador |
| | Dakarnave, S.A. | Administrador |
| | NavalRocha, S.A. | Administrador |
| | Gaslimpo, S.A. | Administrador |
| | Associação das Indústrias Navais | Vice-Presidente Direcção |
| | Fename – Fed. Nacional do Metal | Presidente Conselho Fiscal |
| | LisnaveYards, Lda. | Gerente |
| **Manuel Serpa Leitão** | Navivessel, S.A. | Presidente Mesa A. Geral |
| | Lisnave Infraestruturas Navais, S.A. | Administrador-Delegado |
| | Gaslimpo, S.A. | Presidente C. Administração |
| | Tecor, S.A. | Presidente Mesa A. Geral |
| | Rebocalis, Lda. | Presidente |
| | Lisnave Internacional, S.A. | Administrador |
| | Associação das Indústrias Navais | Presidente Mesa A. Geral |

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## Exercício de 2015

Senhores Accionistas,

**1.** No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2015, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

**2.** O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da Lisnave, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

**3.** É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

**4.** Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

**5.** O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2015, desenvolvida num contexto caracterizado por (i) permanência do desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de transporte marítimo, (ii) evoluções diferenciadas nos diferentes segmentos de mercado com valores médios crescentes das taxas médias dos petroleiros e redução negativas nos graneleiros, (iii) lenta recuperação do comercio mundial e (iv), melhoria sensível ao nível da procura.

**6.** A actividade da Lisnave no exercício - que continua a ser exercida em condições de mercado condicionada pelos efeitos da crise da economia internacional que, desde 2009, tem vindo a afectar o mercado da reparação naval - atingiu um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:

▶ nível de trabalho médio obtido para os 107 navios reparados, registou um aumento da ordem de 16,3% comparado com os 92 navios do ano anterior;

▶ as 115 encomendas geradas no exercício (mais cerca de 28% que em 2014) traduziram-se num aumento da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso de 18% para 21%;
▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 101,3 milhões de euros, mais 22,6 milhões de euros que em 2014;
▶ Resultado Líquido positivo de 13.612 milhares de euros.

**7.** Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 114,6 milhões de euros, mais cerda de 34% que em 2014;
▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 14 milhões de euros, representando 14,5% do total dos Gastos de exploração;
▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 19 milhões de euros, representando 16,4% do total dos Rendimentos de Exploração;
▶ o "cash-flow" gerado no exercício de 7,4 milhões de euros;
▶ a melhoria global de favoráveis indicadores de gestão, económicos e financeiros.

**8.** Face ao exposto, e como consequência das acções desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas de estabilidade quanto à evolução da actividade da Lisnave para o ano de 2016, vem conclusão, emitir o seguinte

## PARECER

**A)** Que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;
**B)** Que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 13.611.898,68 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2016

## O Conselho Fiscal

**Presidente**
Francisco José da Silva

**Vogal**
Maria Isabel Louro Caria Alcobia

**Vogal**
Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## Exercício de 2015

### Introdução

**1** Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.», que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 83.031 milhares de euros e um total de capital próprio de 42.284 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 13.312 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo do exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

**2** É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

**3** A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

**4** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

**5** O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**6** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

**7** Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.» em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## Relato sobre outros requisitos legais

**8** É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2016

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

# EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 29 DE MARÇO DE 2016, RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2015

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da Lisnave - Estaleiros Navais, S.A..
Assumiu a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.
O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.344 (Setecentas e vinte e oito mil e trezentas e quarenta e quatro) acções, representativas de 72,83% (Setenta e dois vírgula oitenta e três por cento) dos votos;
- Thyssen Industrial Solutions AG, representada pelo Sr. Dr. Walter Klausmann, titular de 200.000 (duzentas mil) acções, representativas de 20% (vinte por cento) de votos;
- Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A., representada pelo Sr. Dr. José António Barreiro, titular de 29.666 (Vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (Dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
- Sr. Manuel Sousa Pereira, titular de 1.100 (Mil e cem) acções, representativas de 0,11% (Zero vírgula onze por cento) dos votos;
- Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (Dez mil) acções, representativas de 1% (Um por cento) dos votos;
- D. Maria Fátima J. Liberal Rodrigues, titular de 722 (Setecentas e vinte e duas) acções, representativas 0,07% (Zero vírgula sete por cento) dos votos.

Estava, igualmente, presente o Conselho de Administração, bem como o Conselho Fiscal da Sociedade.

**Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2015**

O Presidente da Mesa, ... submeteu a votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2015, documentos que foram aprovados por unanimidade.

**Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal**

..., o Presidente da Mesa submeteu a votação da Assembleia o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade.

**Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados**

... o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta de Aplicação de Resultados
Tendo-se verificado uma "performance" no Exercício de 2015, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.
Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
▶ Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 13.611.898,68 (Treze milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e noventa e oito Euros e sessenta e oito cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

| | |
|---|---|
| Dividendos | 13.500.000,00 Euros; |
| Resultados Transitados | 111.898,68 Euros. |

Mitrena, 29 de Março de 2016
A Administração
(seguem-se assinaturas dos Administradores da Lisnave)"

..., o Presidente submeteu a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

**Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade**
..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta
A Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos mandatos, designadamente durante o exercício de 2015, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um voto de louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da Lisnave, Estaleiros Navais S.A..

Monte da Caparica, 29 de Março de 2016
O Representante do Accionista Navivessel
(Segue-se a assinatura do Representante da Navivessel)"

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

# DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

**Brasil**
**Quilha Engenharia Naval e Representações**
Rio de Janeiro
Tel.: + 55 21 253 9 3023
Fax: + 55 21 228 6 6874

**Rússia/Ucrânia/Georgia/Azerbeijão/Estónia/Lituânia/Letónia**
**ZAO Ibérica**
Moscow
Tel.: + 7 916 555 21 20
Fax: + 7 499 500 80 33

**Marequimpex S.L.**
Madrid
Tel.: + 34 6095 40 960

**Canadá**
**Wisepool Enterprises Ltd**
(Transma Agents)
Vancouver
Tel.: + 1 604 272 18 73
Fax: + 1 604 272 18 43

**Chipre**
**WSR – Services, Ltd.**
Limassol
Tel.: + 357 25 34 44 18
Fax: + 357 25 34 44 19

**Alemanha**
**Zoepffel & Shneider GMBH**
Hamburg
Tel.: + 49 40 879785-0
Fax: + 49 40 879785-20

**Grécia**
**Resolute Maritime Service Inc.**
Athens
Tel.: + 30 211 182 90 00
Fax: + 30 211 182 90 02

**Hong-Kong/República da China/Taiwan/Macau/Filipinas**
**Transma Limited**
Wanchai
Tel.: + 852 28 611 623
Fax: + 852 28 613 901

**Índia**
**Nautilus International**
Mumbai
Tel.: + 91 22 2284 0878
Fax: + 91 22 2202 0452

**Itália/Mónaco/Suíça**
**Cambiaso & Risso Sevive SAM**
Monaco
Tel.: + 377 9880 1360
Fax: + 377 9798 7848

**Noruega**
**Ulrik Qvale & Parteners**
Oslo
Tel.: + 47 22 52 16 16
Fax: + 47 22 51 16 08

**Arábia Saudita**
**The Reda Establishement**
Alkhobar
Tel.: + 966 3 889 04 46
Fax: + 966 3 889 04 47

**Singapura/Malásia/Tâilandia/Indonésia**
**C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.**
Singapore
Tel.: + 65 633 866 67
Fax: + 65 633 810 11

**Holanda/Belgica/Luxemburgo**
**Esma Marine Agencies BV**
Amsterdam
Tel.: + 31 20 31 21 350
Fax: + 31 20 696 69 00

**Emiratos Arábes Unidos**
**Caribbean Trading Co LLC**
Sharjah
Tel.: + 97 16 533 6334
Fax: + 97 16 533 6553

**Reino Unido/Irlanda**
**Calvey Marine Limited**
West Sussex
Tel.: + 44 903 748860
Fax: + 44 903 743390

**E.U.A. / Canadá**
**East Coast Marine Alliance LLC**
Norwalk
Tel.: + 1 203 86 64 11 0
Fax: + 1 203 86 64 16 1